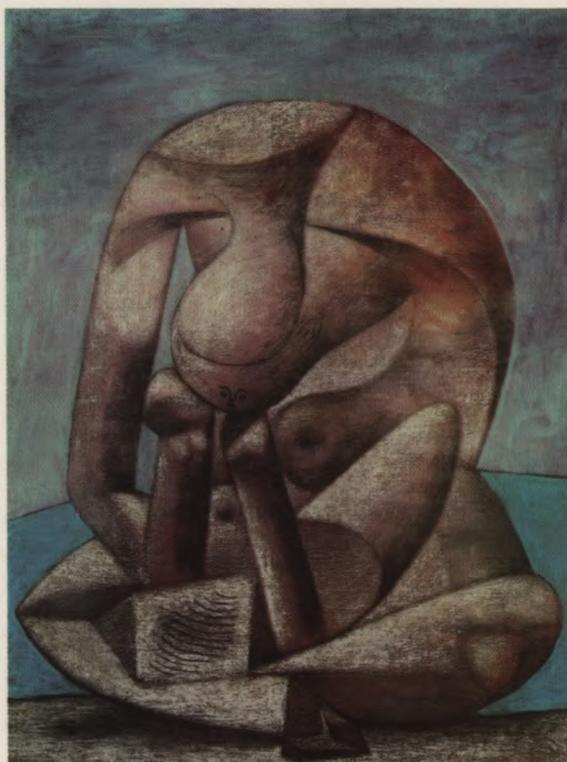


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



O LIVRO E A LEITURA

VOLUME 20, 1999

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PANFLETOS ANTI-NAPOLEÓNICOS DURANTE A GUERRA PENINSULAR

Actividade Editorial da Real Imprensa da Universidade

Nos anos decorrentes das invasões francesas é nítida uma atitude e uma intenção contra-revolucionária, anti-napoleónica, em suma, anti-França. Com maior incidência nos anos de 1808 a 1811, um enorme acervo documental, correspondendo a um surto inusitado de actividade editorial sem paralelo neste sector, surge em Portugal. Podemos desde já afirmar, que quase metade deste novo tipo de opúsculos viram a luz por acção da Imprensa Régia de Lisboa, sendo os restantes produto do labor de uma dúzia de tipografias, impressoras, oficinas privadas, tendo um número desses opúsculos sido dados à estampa pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra ao tempo em franca actividade dado que, mais de três dezenas de anos atrás, a política pombalina lhe dera existência.

São raros os estudos elaborados sobre esta temática em Portugal e em Espanha. Fala-se, no país vizinho, pela circunstância, bem documentada de em Espanha, na mesma época, se ter seguido uma linha de acção idêntica. Certos especialistas aludem a uma influência perante o exemplo português. A mesma conjuntura bélica e uma extraordinária similitude de objectivos na formação da opinião pública facilmente determinaria o mesmo tipo de atitudes perante os novos

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

acontecimentos. No nosso país, investigações limitadas e circunstanciais podem ser consultadas[^]). Em Espanha, onde foi igualmente gigantesca a actividade editorial deste tipo, durante a invasão e ocupação francesa, escassos estudos têm sido realizados, e mesmo esses destinam-se, quase exclusivamente, à sua inventariação ou estão relacionados com uma só região ou cidade. Uma publicação recente, tendo em vista somente uma análise quantitativa, aí foi dado à estampa. Trata-se do *índice Bibliográfico da Colección Documental del Frailefi*).

Um esforço de inventariação foi realizado ao tempo das comemorações relativas ao I^o Centenário das Invasões Napoleónicas, entre 1909 e 1910, através de catálogos bibliográficos. Algumas achegas importantes são aportadas pelo *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva e pelo trabalho de Brito Aranha, *Nota acerca das Invasões Francesas*⁽³⁾. Todos estes catálogos, reportórios ou dicionários

O Veja-se Nuno Daupias D'Alcochete, *Les pamphlets anti-napoléoniens*, Paris, 1977; A. Pires de Lima, *As Invasões Francesas na tradição oral e escrita*, separata da revista *Lusitana*, Porto, 1922; José Amaro Albuquerque de Oliveira, *A Ideologia panfletária durante as invasões francesas*, tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1963.

⁽²⁾ Ana Maria Freire Lopez, *índice Bibliográfico da Colección documental del Fraile*, Madrid, 1983.

⁽³⁾ Lembremos alguns dos catálogos ou inventários existentes: Cardoso de Bettencourt, *Catálogo dos Manuscritos da Real Biblioteca da Ajuda referentes à Guerra Peninsular*, Lisboa, Academia das Ciências, 1910; *Catálogo do primeiro centenário da Guerra Peninsular*, Exposição Histórica Comemorativa, 1910; *Centenário da Guerra Peninsular. Exposição Biblio-iconográfica particular de S. M. El-Rei Senhor D. Manuel II*, Lisboa, Academia das Ciências, 1909; Xavier da Cunha, *Exposição biblio-iconográfica da Biblioteca Nacional de Lisboa no centenário comemorativo da guerra Peninsular*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910; *Exposição da época napoleónica*, Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1951; Adolfo Loureiro, *Relação das espécies bibliográficas e iconográficas relativas à Revolução Francesa e Império (1789-1815)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909. *Idem*, *Aditamento à Relação das espécies... compreendendo a Guerra Peninsular*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910; *Relação provisória das obras que podem incluir-se em grupos do programa para a Exposição Biblio-iconográfica que tem de realizar-se em comemoração do Centenário da Guerra peninsular*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909; Cristovão Ayres, *Dicionário bibliográfico da Guerra Peninsular contendo a indicação das obras escritas em português, catalão, alemão, francês, inglês, italiano, alemão, latim, etc.*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924-1930.

não oferecem, contudo, um panorama da extensão bibliográfica alcançada no nosso país, no que diz respeito a escritos deste cariz.

Jean Tulard, hoje internacionalmente conhecido como autor do *Dicionário* de Napoleão e de uma vasta obra conexas com a época, oferece-nos, num dos seus primeiros trabalhos - *La Légende noire de l'Empereur* - a cidade de Londres como ponto de partida dos primeiros ataques a Napoleão⁽⁴⁾. O regime parlamentar e a liberdade de imprensa aí vigente favoreciam a arte da polémica e do panfleto. Ainda durante o consulado, em 1804, foram publicados 68 panfletos contra Bonaparte, contendo os mais diversos temas conducentes à criação dessa lenda: a cruzeza e furor do homem, os erros estratégicos, a corrupção que o rodeava, os malefícios do dirigismo económico e político, em contraste com o liberalismo inglês; Napoleão "corrupto e ladrão" ou "envenenador de soldados"⁽⁵⁾.

Tulard opina que a superioridade dos caricaturistas e panfletários ingleses levam Napoleão a perder a primeira batalha - uma batalha ainda com maiores consequências que a de Trafalgar.

Através de Portugal, assevera este especialista, "a propaganda inglesa penetra no Continente. Ela favoreceu o levantamento do povo português contra o ocupante francês e inspira o economista Acúrsio das Neves que se toma, em 1811, o historiador das primeiras derrotas dos exércitos napoleónicos, perante a insurreição nacional"⁽⁶⁾. De Portugal, depois da evacuação de Junot, os libelos ingleses espalham-se por Espanha, onde a guerra se acende contra os franceses, após as convulsões populares de 2 de Maio. A Europa estupefacta aprende as razões do conflito através de um panfleto do estadista Cevallos, que lhe revela "os meios empregues por Napoleão para usurpar a corte de Espanha"⁽⁷⁾. Por toda a Espanha e em Portugal, irmanado como nunca, naquele tempo, aos interesses espanhóis, lia-se deste autor o *Catecismo Civil*, fértil em edições ou, ainda, os poemas de Quintana ou Arriaga. "Os sentimentos nacionais misturam-se com a

(4) Jean Tulard, *Vanti Napoleão, la légende noire de l'Empereur*, Paris, 1965.

(5) *Idem, ibidem*, p. 35.

(6) *Idem, ibidem*, p. 41.

(7) Pedro Cevallos, *Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha e dos meios que o Imperador dos franceses tem posto em prática para realizá-la*, Lisboa, Imprensa Régia, 1808.

exaltação religiosa para dar, de Napoleão uma imagem inesperada, a de anticristo, e traduzir em visões de Apocalipse a tomada de Saragoça, após a heroica resistência de um general de 28 anos, Palafox. Outros países, Itália, Rússia, Alemanha e Áustria, onde mais directamente se faz sentir a influência francesa, vão ser objecto desta propaganda que classifica Napoleão de "assassino da liberdade" e "tirano das Nações". De um extremo ao outro de Europa desenha-se uma imagem bem diferente da França das luzes e de um Napoleão representado na estátua que coroa a coluna de Vendôme.

Quem se tem dedicado ao estudo da edição e dos hábitos de leitura em Portugal nos finais do século XVIII, atende, necessariamente, às mudanças operadas no campo cultural introduzidas na época pombalina, não descurando os efeitos da Reforma da Universidade e outras medidas que vêm a influenciar fortemente o sector dos estudos científicos. Novos usos e acções são conotados com modificações advindas de um tipo de esclarecimento que as luzes do século XVIII, de alguma forma, fizeram aportar a Portugal.

A época de 80 do século XVIII, coincide com a "viradeira", ainda pouco estudada, mas marcante no processo histórico português, condicionando positivamente, a expansão da edição científica. Aí se encontra uma ajuda institucional e política que advém, não só da actividade da Universidade, da criação de novos laboratórios, das Academias recém formadas, mas fundamentalmente, da Academia das Ciências de Lisboa, a qual, entre 1788 e 1791, adquire uma expansão marcante com a publicação das respectivas *Memórias*. Este fluxo traduzido num número crescente de publicações com um sentido educativo, encontra forte apoio na sua imposição, perante o abandono, quase definitivo, do latim como a língua utilizada na impressão. O português é, doravante, o meio propagador dos novos conhecimentos. Não serve, no entanto, este avanço para ilustrar uma tese que permita afirmar a existência, ainda que incipiente, de qualquer veleidade de "discussão" ou "crítica" de laivos políticos antes dos primórdios do século XIX. Efectivamente, de entre os escritos, nomeadamente os periódicos, publicados no final do século XVIII, nenhum era de carácter essencialmente político, - no sentido actual do termo -, ou de combate partidário. A opinião dominante não era a "opinião pública" mas sim a de quem governava. Não existiam pois, controvérsias ou contestações sobre matéria de administração. Os periódicos eram noticiosos, como a *Gazeta de Lisboa* mas, até esse, só o foi até determinado momento. A partir de 1789 o governo português

toma rigorosas medidas para impedir qualquer propaganda ideológica.

F. Link, em 1799, faz a descrição da imprensa portuguesa: "Não há senão uma gazeta política em Portugal" - dava à *Gazeta de Lisboa* um carácter de informador político! -, "todos os papéis saídos a público de origem estrangeira são aí expressamente interditos o que faz com que as novidades políticas não cheguem senão muito tarde"⁽⁸⁾. Não se conhecem neste país jornais literários nem algo que mostre as novidades que aparecem. Os editores dos novos trabalhos contentam-se em anunciá-los na *Gazeta de Lisboa*"⁽⁹⁾. Link refere, ainda, duas ou três "folhas" semanais, lidas com avidez, com pequenas anedotas, peças em verso e contos triviais a preencherem o seu conteúdo. Era este o panorama no início do século XIX. Para além da *Gazeta*, em 1800, e segundo "os registos bibliográficos de maior crédito" encontramos as *Ephemerides Nauticas* e o *Correio Mercantil e económico de Portugal*, sendo o primeiro um anuário especializado editado pela Academia das Ciências, entre 1788 e 1809. Tinham cessado a sua publicação, nesse mesmo ano, o *Almocreve dos poetas* e o *Mercúrio Britânico*, este último uma tradução da congénere inglesa editada em Londres⁽¹⁰⁾.

Com os primeiros anos do novo século e os acontecimentos derivados das Guerras Peninsulares uma nova era surgiria na edição em Portugal. Uma mudança quase absoluta de interesses inicia-se nos finais de 1807. Efectivamente, as obras de tipo científico que até aí preenchiam o campo cultural desaparecem perante o surto inusitado de um novo tipo de publicações.

Perante a entrada de Junot e a posterior ocupação do país, parece que as recomendações deixadas pelo Príncipe Regente à população, os conselhos da própria Igreja, no sentido do bom acolhimento das tropas francesas e as palavras amistosas para com Napoleão que enviava os seus exércitos para "proteger" os portu-

⁽⁸⁾Georges Boisvert, *Un pionnier de la propagande libérale au Portugal, João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*, Paris, 1982, p. 245.

⁽⁹⁾Friedrich Link, *Voyage au Portugal depuis 1797 jusqu'au 1799*, tomo II, Paris, ano XII, 1803, p. 188.

⁽¹⁰⁾Alfredo da Cunha, *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, 1941, p. 125.

gueses, teriam surtido o seu efeito e, até, contribuído para que o futuro Duque de Abrantes pudesse comunicar ao Imperador o clima tranquilo, próprio da boa recepção que aqui encontrara. Aliás, por esse tempo, encontramos certos portugueses "adormecidos" pelos conselhos da corte e pelas pastorais convidando à acalmia e, em algumas elites portuguesas que não tinham acompanhado o príncipe para o Brasil, um vislumbre de liberalismo, ou ainda, portugueses acomodados às novas e duras necessidades ou esperançados numa "entente" com os franceses.

A *Gazeta de Lisboa*, que estava, entretanto, na alçada dos ocupantes, encimada pela Águia Imperial a substituir as armas portuguesas, toma-se o seu órgão noticioso oficial. Aos primeiros sinais de insurreição, após as conhecidas atitudes dos novos governantes, na demonstração clara que a ocupação era efectiva e a advinhar-se duradoira, surgem no Porto e em Coimbra, já libertos antes de Lisboa, os periódicos *Leal Português* e a *Minerva Lusitana*. No Norte e no Centro do país estes dois jornais tomam-se, após o começo das lutas pela restauração, órgãos de propaganda e de informação, lidos e apreciados ao ponto das suas tiragens rapidamente se esgotarem e serem reeditados⁽ⁿ⁾.

O "Conselho de Regência", em vésperas de reassumir as suas funções e perante a pressão das circunstâncias, permite o desenvolvimento em Portugal de textos tendo como missão combater a propaganda inimiga. É por esse tempo, Junho de 1808, que um extraordinário surto panfletário cresce em Portugal. O 2 de Maio em Espanha agita algumas consciências nacionais e tem papel importante na insurreição portuguesa. Surge um novo tipo de leitura, que vai ser concedido ao público, quando as autoridades se apercebem que esses textos políticos começam a transformar-se num meio eficiente de agitação e mobilização face ao inimigo.

Simultaneamente com esse surto, começa a permitir-se em Portugal a impressão de escritos hostis aos franceses, elaborados em Espanha. Discursos, manifestos, e todo tipo de libelos espanhóis passam a circular no nosso país. Um dos mais conhecidos, *Exposição*

(ⁿ) Alfredo da Cunha, *ob. cit.*, p. 257.

dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Espanha, de Pedro de Cevallos, é traduzido em português e "publicado para desengano das nações e conhecimento da detestável protecção francesa". Cinco edições são conhecidas sendo a 4ª de 4.000 exemplares⁽¹²⁾.

Por essa altura jornais espanhóis são traduzidos e circulam a par dos editados em Portugal. As notícias, aqui lentas e escassas, são fomentadas pelo *Semanário Patriótico*, o célebre órgão liberal espanhol⁽¹³⁾. Não é por acaso, também, que logo no início de 1809, quando nova invasão é apercebida, escassos meses após a Convenção de Sintra, que o governo, "sob pressão das circunstâncias", permite um maior incremento da imprensa, tendo como missão combater a propaganda inimiga. Nesse mesmo ano pode ser lido no órgão oficial da Regência, *Gazeta de Lisboa*, um artigo não assinado mas com o título sugestivo de "Discurso sobre a utilidade dos papéis públicos na presente guerra"⁽¹⁴⁾.

O editor toma consciência do valor da opinião pública perante os extraordinários acontecimentos que ocorrem na Europa. A sua força passa a ser um instrumento que, na mente das autoridades e dos leitores, toma o lugar das armas sendo, para muitos, mais contundente e perigosa. A tirania imposta por um país onde imperava um sistema oriundo de uma Assembleia de representantes, vai contrapor-se à "justa", "tradicional" e "legítima" ordenação do poder real. A Revolução Francesa criara um clima de inquietações e dúvidas. Os textos que no momento da sua edição mais desdenhavam a situação, mostrando os seus aspectos sombrios e que a custo perpassavam na malha da censura e das polícias, vão agora tornar-se "folhas volantes" a circular de mão em mão. *A revolução e estado actual da França* lido por alguns eleitos, em 1793, em Portugal, dá agora lugar ao pequeno escrito satírico e violento, o libelo difamatório acusador, o opúsculo de carácter agressivo que explode em torrentes para

⁽¹²⁾ Inocencio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo VI, Lisboa, 1862, p. 18.

⁽¹³⁾ Alfredo da Cunha, *ob. cit.*, p. 257.

⁽¹⁴⁾ Georges Boisvert, *ob. cit.*, p. 275.

caricaturar o inimigo. Em forma variada, na sua apresentação, proclamando ou exortando, alarmando ou reflectindo; como aviso, relato ou manifesto, esse livrinho ou folheto é sempre violento e apaixonado, parcial e crítico, dirigindo o seu ataque a pessoas ou à Constituição, à França e à sua política, a Napoleão e aos seus generais, ou exortando, no discurso inflamado, na ode ou no soneto, em prosa, na carta, no colóquio ou no entremez, os portugueses e os espanhóis que combatiam o mesmo inimigo.

Entre 1808 e 1811 a quantidade destes opúsculos, emparceirando nos mesmos objectivos com a imprensa periódica é de uma tenaz persistência, só recatando as suas armas no final desse ano. A partir daí, afastado o perigo do invasor a nível do território nacional, baixa significativamente a sua edição apresentando-se fraca e pouco significativa nos anos decorrentes de 1812 a 1815. As citadas publicações que, ao tempo seriam de fácil aquisição são geralmente apresentadas com um reduzido número de páginas. A anedota e a pequena história são utilizadas como arma eficaz contra o inimigo; a família real ausente no Brasil, a regência sem actuar, o país ocupado, são ingredientes suficientemente fortes para uma acção inusitada de intelectuais, eruditos, patriotas exaltados.

Perante as condições sociais, económicas e morais do país, todos concentram os seus interesses contra o inimigo, invectivando-o como o único causador de tanta desgraça. Mas se os primeiros textos publicados logo após a chegada de Junot a Portugal, nomeadamente os religiosos, - pastorais e sermões - adquirem uma função política mesmo quando chamam a opinião pública à aceitação do inimigo, eles estão aí já investidos de um fim e constituem como que os preliminares da nova e inédita corrente interveniente e mobilizadora dos portugueses para o confronto a que se vai assistir.

A partir de 1808, foram editados na Imprensa Régia de Lisboa cerca de 700 panfletos. As suas temáticas, apresentam-se como armas diversas e estratégias variadas para o mesmo combate. A sua classificação tipológica é, necessariamente, facilitada com a leitura dos próprios títulos que, à maneira da época, e numa tentativa de suggestionar os leitores, sintetizam, quase sempre, o seu conteúdo. A guerra que alastrara no sentido lato, com mais incidência na Península Ibérica, mas também na Europa é, a partir daí, o tema cimeiro destes novos redactores. Quase metade do total dos panfletos, directa ou indirectamente, encontram nesse assunto a razão das suas críticas ao provocador de todos os sofrimentos e desgraças. Os que ocasionaram

essa convulsão, que conduziu o país às maiores privações - Napoleão e os seus familiares e colaboradores - servem igualmente de mote para o seu desenvolvimento e, por isso, mais de uma centena de escritos os difamam e insultam. As críticas aos portugueses, inertes perante os acontecimentos, aos colaboradores jacobinos e afrancesados ou a exaltação patriótica dirigida aos chefes militares portugueses, ingleses ou espanhóis e a polémica contra os sebastianistas, constituem os restantes assuntos desta inusitada e prolixa manifestação de vontade independentista. A sua difusão afigura-se-nos restrita. Lisboa e Coimbra, esta através da sua Real Imprensa da Universidade, foram os centros quase exclusivos da sua edição. Mas bem sabemos como, por esse tempo, se difundia com dificuldade o que era impresso!

Consultámos 117 panfletos oriundos da Imprensa Régia de Lisboa. Além deste número foram analisados mais 137, o que perfaz o total de 251 espécies que traduzem o número de panfletos estudados. A posição cimeira de edições "oficiais" traduz as consequências de directrizes do governo que, como se afirmou, via nesta acção difusora uma arma eficaz. O remanescente tem origem em cerca de uma dúzia de editores e oficinas gráficas de natureza privada, incluindo a da Academia das Ciências de Lisboa. A Real Imprensa da Universidade de Coimbra ocupa o 2º lugar no que diz respeito à edição deste género de escritos⁽⁵⁾. Curiosamente, entre o número apontado, só

(5) A Real Imprensa da Universidade (Coimbra) remonta a sua existência ao reinado de D. João III. Depois de um período de apagamento da sua actividade, em que estabelece contratos com impressores privados, a Real Imprensa da Universidade retoma a sua importância. Mediante as posições de força tomadas pelo Marquês de Pombal, aquando da sua subida ao poder, as impressoras particulares que floresciam em Coimbra acabaram por desaparecer. Uma das mais importantes, a Imprensa dos Jesuítas do Real Colégio das Artes, serviu, depois de terem sido sequestrados os bens daquela Ordem, de núcleo inicial da *Real Oficina da Universidade* que funcionou, sob esta designação, entre 1759 e 1772. Nesta data é fundada pelo Marquês de Pombal a Imprensa da Universidade. Nesta Imprensa foram também incluídos os "tipos", antes pertença da Academia Litúrgica de Coimbra (extinta em 1767). Em 1772 a Tipografia foi transferida para a Sé Catedral (antes igreja dos Jesuítas). Como refere José Antunes, "Notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina - a propósito de alguns documentos da Universidade

uma editora se situa no Porto, salientando-se o facto de esta publicar tão somente panfletos que tratavam de temas ligados a essa cidade.

O mapa inserto, em anexo, respeitante à Imprensa Real da Universidade de Coimbra que inclui a editora, a localização, o ano da edição, o título, o autor, a dedicatória e o número de páginas, é elucidativo e leva-nos a poder afirmar: a) O tipo, assunto ou tema tratado nos panfletos é similar no conteúdo, na forma e nos objectivos, quer se trate das editoras do estado ou de privadas; b) Por vezes, e geralmente sem qualquer alteração, o mesmo panfleto é impresso em editoras diferentes; c) A Real Imprensa da Universidade bem como algumas das editoras privadas atingem o maior surto de publicação neste sector, em 1808 e 1809; d) A dedicatória, tão usual noutro tipo de publicações, muitas vezes ao monarca ou a um protector é igualmente utilizada neste tipo de edições.

O número conhecido e investigado em relação aos panfletos provenientes da Imprensa Régia de Lisboa 117, constitui, cerca de um sexto da sua produção total. Como se trata da única fonte emissora cujo exacto quantitativo de publicação foi possível averiguar com segurança e dado o tipo de pesquisa elaborado para a aquisição desses dados, no espaço e no tempo, poderíamos concluir pela existência de cerca de 1500, como número total de panfletos editados em Portugal entre 1808 e 1811⁽¹⁶⁾.

de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, vol. IV, tomo II, Coimbra, 1982, pp. 143-155, em 1773 é concedida à Imprensa da Universidade, exclusivo da imprensa dos livros de Matemática e das *Ordenações do Reino*. Com o advento do reinado de D. Maria I, reafirma-se a sua importância, mediante a confirmação do regimento da Imprensa da Universidade, em 1790. Como se pode verificar, pela nossa análise do panorama editorial ao tempo das invasões francesas, a Real Imprensa da Universidade, embora subalternizada como é óbvio, pela produção esmagadora da Imprensa Régia, manteve, de forma afirmativa, a sua actividade neste período conturbado.

⁽¹⁶⁾Efectivamente, 117= 1/6 da produção total (696) da "Imprensa Régia de Lisboa". Adicionados os 134 folhetos produzidos por outras editoras temos um total de 251 (117+134). Aplicado o "ratio" 6 a esta amostra teremos 256x6=1504 (número aproximado de panfletos publicados).

Os panfletos oriundos da Imprensa de Coimbra são a nosso conhecimento em número de 45. Destes analisámos 23 verificando pelo seu conteúdo que obedecem às mesmas características dos publicados na Imprensa Régia e noutras editoras privadas⁽¹⁷⁾. Na sua maior parte estão assinados sendo cerca de 1/4 dedicados. Os autores nem sempre são nomes salientes encontrando-se no entanto entre eles alguns dos que na época assinaram o mesmo tipo de prosa, caso de Frei Fortunato de São Boaventura⁽¹⁸⁾, João Evangelista de Moraes

⁽¹⁷⁾ A relação que publicamos em anexo parece-nos completa. O número de 45 opúsculos de que tomamos conhecimento foi adquirido pela soma dos que totalizam a nossa colecção e que podemos analisar (23 com mais 22 que se mencionam na ordenação mencionada in *Catalogo de Miscelâneas*, tomo II, Coimbra, 1968 pp. 159-162 e tomo VII, Coimbra, 1974, p. 236.

⁽¹⁸⁾ D. Fr. Fortunato de São Boaventura, prelado célebre pela sua vastíssima erudição, pelo seu trabalho de escritor, e também pelo papel que desempenhou na política. Nasceu em Alcobaça em 1788, faleceu em Roma no mês de Dezembro de 1844. Era filho de um livreiro de Alcobaça. Professou no convento da sua terra, da ordem de S. Bernardo, a 25 de Agosto de 1795. Foi para Coimbra frequentar os estudos preparatórios, matriculando-se depois na Universidade no curso de teologia, em que se doutorou a 8 de Julho de 1810. Foi então nomeado professor no Colégio das Artes. Havia já escrito muito com a violência que sempre o distinguiu, sendo os franceses, quando invadiram Portugal, o alvo das suas cóleras de panfletagem. Mais tarde, durante o governo constitucional de 1820, conservou-se silencioso, mas apenas triunfou a reacção em 1823, fez-se jornalista acérrimo da escola do P. José Agostinho de Macedo. Publicou então sucessivamente o *Punhal dos corcundas*, de que saíram 33 números em 1823, o *Maço de ferro anti maçónico*, publicado também nesse ano, o *Mastigoforo periodico*, de que saíram só 4 números. Fora no meio dessas agitações políticas eleito cronista da sua ordem, e entregava-se com ardor aos estudos necessários para continuar a concluir a obra de Fr. Manuel dos Santos. Revolveu o cartório do convento, e assim se habilitou para escrever *Commentarium de alcohacensi Manuscriptorum Bibliotheca libri tres*. Nomeado para reformador geral dos estudos em substituição do venerável D. Francisco Alexandre Lobo, bispo de Viseu, em 27 de Agosto de 1831, e pouco mais de um mês depois, a 29 de Setembro, dá-se a sua nomeação de arcebispo de Évora, em que foi confirmado pelo papa Gregório XVI, sendo sagrado a 3 de Junho de 1832. Pouco tempo, porém, se conservou naquela

Sarmiento⁽¹⁹⁾, Manuel Mathias Vieira Fialho de Mendonça⁽²⁰⁾, Rodrigo

elevada dignidade. A marcha triunfal do duque da Terceira, que em 1833 atravessava o Alentejo a caminho de Lisboa, obrigou D. Fr. Fortunato a abandonar Évora, deixando como governador do arcebispado o Dr. José Joaquim Poças. Então, acompanhando o exército miguelista, proscrito da sua diocese, enviava ainda aos seus diocesanos duas pastorais. A 2 de Abril de 1834 achava-se em Estremoz, e a 10 desse mês em Borba, não como arcebispo, mas como refugiado. A causa miguelista estava perdida, dias depois assinava-se a convenção de Évora Monte, D. Miguel partia para Génova, e o seu fiel prelado partiu com ele. Trabalhando sempre, suportando com ânimo sereno as privações mais cruéis, viveu em Roma 10 anos, encerrado quase sempre na biblioteca do Vaticano até à sua morte, sendo enterrado na igreja de S. Bernardo.

C⁹⁾ João Evangelista de Moraes Sarmiento, bacharel em Medicina pela Universidade de Coimbra e poeta apreciado. Nasceu no Porto a 16 de Dezembro de 1773, onde também faleceu a 20 de Outubro de 1826. Estudou humanidades no Porto, e aos 18 anos era já conhecido entre os condiscípulos como poeta quando partiu para Coimbra. Tomou o grau de bacharel em 1801. Voltou então para o Porto a exercer a clínica e não tardou a grangear fama de bom médico, sendo tido ao mesmo tempo por um dos mais talentosos poetas dessa cidade. Quando João Evangelista ainda era estudante, escreveu uma *Ode que para recitar no dia em que os estudantes académicos celebravam a feliz gravidação da se.r.ma princeza do Brazil, a sr^a D. Carlota Joaquina, compoz... estudante da mesma academia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, anno de 1793.

⁽²⁰⁾Manoel Mathias Vieira Fialho de Mendonça, n. em Cabanas de Torres no termo da vila de Alenquer em 1779; sendo filho de Manoel Vieira de Mendonça que exerceu por algum tempo cargos de magistratura no Brasil, passou com seu pai para a Baía de Todos os Santos, onde foi educado, vindo depois formar-se em direito na universidade de Coimbra, em 1807. Estabeleceu-se como advogado em Santarém, onde foi também professor de gramática latina. Ainda era estudante quando imprimiu na tipografia Rolandiana de Lisboa as suas *Rimas Poeticas* em dois volumes. Em 1808, quando rebentou a insurreição portuguesa, escreveu e imprimiu uma poesia intitulada *Canto Heroico*, e talvez por essa razão entendeu em 1810 que devia fugir-se em Lisboa juntamente com os povos da Beira e de Estremadura, que fugiam diante das tropas de Massena. Depois da retirada do exército francês foi viver para Coimbra.

da Fonseca Magalhães⁽²¹⁾, Joaquim

Soares⁽²²⁾, Fr. Vicente da

(²¹) Rodrigo da Fonseca Magalhães, nasceu em Condeixa em 1787 e morreu em Lisboa em 1858. Grão-cruz da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Torre e Espada, condecorado com a cruz n.º 4 das campanhas da guerra peninsular; Par do Reino em 1848, conselheiro de Estado em 1842, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino pela primeira vez em 1835, e depois nos anos de 1840-42, e 1851-1856, deputado às Cortes na legislatura de 1834 e em quase todas as seguintes. Em 1817 achando-se implicado na conspiração "Gomes Freire", conseguiu evadir-se antes de ser preso embarcando para o Brasil. Proclamada a constituição de 1821 e eleita uma Junta Governativa, Rodrigo da Fonseca Magalhães foi nomeado secretário. Escreveu para além de dois folhetos, que versavam as invasões francesas, obras de carácter eminentemente político: *Ode pindárica à feliz restauração de Portugal*, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1808, 19 p.; "Soneto a Condeixa queimada pelos franceses" em 1811, inserto no *Telegrapho Portuguez*, n.º 38, de 12 de Maio de 1812; *Aurora Pernambucana* - Periódico político publicado em Pernambuco em 1821; *Breves anotações ao denominado Manifesto do infante D. Miguel*, Londres, L. Thompson, na Off. Portuguesa (1832), *A Aurora*, semanário patriótico e político. Londres, 1831-1832. Inocêncio refere que Rodrigo da F. Magalhães participou anteriormente, nos anos de 1829 e 1831, com outros emigrados, na redacção do *Paquete de Portugal* e em *A Revista* - folha política e diária fundada por ele - Lisboa, Imprensa Nacional 1834-1836. Sobre os seus trabalhos parlamentares publicaram-se entre outros: *Discursos pronunciados na Câmara dos Pares, nas sessões de 5, 7 e 8, 12 e 14 de Fevereiro de 1848, na discussão da resposta à fala do throno*, Lisboa, na Tip. do Panorama, 1848, 110 p.; *Discurso do ministro do Reino, o sr. Rodrigo da Fonseca Magalhães, pronunciado na Câmara dos Dignos pares, por ocasião da discussão do projecto de resposta ao discurso da Coroa na sessão ordinária de 1854*, 79 p.

(²²) Joaquim Soares, frade dominicano, publicou além do *Compendio Historico dos acontecimentos mais celebres...; História da usurpação e do usurpador D. Miguel em verso livre, para ser mais facilmente decorado por todos os portugueses, porque a todos é muito interessante*, Porto, Imprensa de Alvares Ribeiro, 1835, 22 p.

Soledade]²³), Francisco de Sousa Loureiro⁽²⁴⁾, João Nogueira Gandra]²⁵)

(²³) D. Frei Vicente da Soledade, monge beneditino, doutor em teologia pela Universidade de Coimbra. Nasceu no Porto, e aí faleceu em 1822. Em 1813 era opositor às cadeiras da sua faculdade, na referida Universidade. Publicou vários sermões, e em 1819 foi nomeado arcebispo da Baía. Não chegou a tomar posse, por ter eclodido a revolução de 1820. Procedendo-se à eleição das cortes constituintes, foi D. Vicente eleito deputado. Os seus colegas elegeram-no presidente da assembleia. A presidência devia ser renovada todos os meses, mas D. Vicente da Soledade foi reconduzido. Em 1821 publicou uma Pastoral sobre a educação cristã e constitucional dos seus diocesanos.

(²⁴) Francisco de Sousa Loureiro, do conselho do Príncipe Regente D. João, doutor e lente jubilado de Medicina da Universidade de Coimbra, primeiro médico da real câmara, físico-mor do reino, deputado da junta do proto-medicato, director geral da Academia das Belas Arte de Lisboa, membro do Conservatório Real da mesma cidade, sócio da Academia de Medicina de Barcelona, etc. Nasceu em Coimbra, em 1772; faleceu em Lisboa a 19 de Outubro de 1844. Foi nomeado lente substituto extraordinário das duas cadeiras de Medicina prática, as quais regeu até 1 de Maio de 1800, em que passou a substituto ordinário. Continuou a leccionar estas cadeiras, sendo em 1805 despachado lente de matéria médica e farmácia, passando depois às cadeiras de Physiologia e Pathologia, que regeu durante 10 ou 11 anos. Grangeando créditos de bom professor e de muito versado em letras, foi escolhido por D. João VI para mestre do infante D. Miguel. Depois de terminar esta comissão voltou ao exercício da clínica. Sendo director geral da Academia de Belas Artes, pronunciou na sessão solene de distribuição de prémios em 1843, um discurso, que foi impresso em 1844 e traduzido em francês foi incluído na obra *Les Arts en Portugal* do conde Raczynski. Escreveu *O braço invencível na guerra ou Palafox*, tradução de uns versos latinos de Fr. Fortunato de São Boaventura que saíram na folha 6ª da *Colleção de Poesias*, publicadas por ocasião da restauração do reino, Coimbra, 1809; *Proclamação de Manuel de Sousa Moreira, estudante da faculdade medica... posta em linguagem*, Coimbra, 1808. Escreveu também dois *Sonetos a Manuel Ferreira de Seabra*, por ocasião deste lhe ter dedicado a tradução da tragédia *Zaira*, Coimbra, 1817.

(²⁵) João Nogueira Gandra, nasceu no Porto em 1788 e faleceu em 1858. Comendador da Ordem de Cristo. Cavaleiro de N. Srª da Conceição, condecorado com a medalha nº 2 da Campanha Peninsular. Segundo Bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto. Publicou entre outras obras: *Improviso recitado perante Suas Magestades Fidelíssimas e Imperiais no teatro do Porto quando esta cidade recebeu a honra da sua visita*, s.L., s.d., *Ode heroica a Lorde Wellington por ocasião da vitória de 30 de Julho de 1813*, Lisboa, Imprensa Regia, 1813, *Ode ao ill.mo e ex.mo sr. Bernardino Freire de Andrade*, Coimbra,

e Francisco Soares Franco⁽²⁶⁾, sobre os quais podemos reconstituir alguns passos da sua vivência.

Todos os folhetos que consultamos apresentam o aspecto gráfico semelhante, o mesmo tipo de papel, aliás o corrente na época, não ultrapassando as quarenta e tal páginas possuindo, a maior parte, menos de vinte. Os títulos propostos são como é comum na época esclarecedores sobre o conteúdo que também neste caso, não se afastam do imenso acervo que ao tempo se publicou. Os insultos a Napoleão, as paródias à "protecção à francesa" ou os malefícios da revolução aí surgem emparceirando com as odes pindáricas, heroicas ou gratulatorias aos chefes do exército ou aos bispos que apoiam a restauração. No caso de Coimbra, alguns panfletos não se afastam dum cariz regionalista. Os sermões da acção de graças pela expulsão do inimigo ou a exortação ao combate aí se editam entre os cantos heroicos e as notícias do que se passa em Espanha. Entre os 10 opúsculos com dedicatória encontramos na sua maioria visado o nome de Manuel Paes de Aragão Trigoso⁽²⁷⁾. Igualmente no campo militar os voluntários académicos estudantes ou os portugueses fiéis são louvados em proposições laudatorias. Ao publicar esta quase meia

Real Imprensa da Universidade, 1808. Entre 1821 e 1822 foi o redactor principal do periódico *Borboleta Constitucional*, publicado no Porto, e de outros jornais; *Resenha diplomática do Porto contando os nomes de todos os grandes do reino, fidalgos, conselheiros, comendadores, residentes nesta cidade ao tempo da visita de S. M. Fidelissima a Rainha D. Maria II*, Porto, Typ. J. N., 1852, 5 p.

⁽²⁶⁾ Francisco Soares Franco, nasceu em Lisboa em 1772 ou 1773 e frequentou a Universidade de Coimbra a expensas da Casa Pia de Lisboa. Morreu em Lisboa em 1844. Pertenceu ao conselho de Sua Magestade. Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Doutor e lente jubilado de Medicina. Bacharel em Filosofia. Foi deputado às Cortes Gerais e Constituintes em 1821 e à Câmara em 1826. Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Escreveu poesia e algumas obras sobre agricultura e medicina. Na época das invasões francesas deve-se-lhe *Reflexões sobre a conducta do Príncipe Regente de Portugal* (trad. do inglês) revista e corregida; *Exame das causas que allegou o gabinete de Trilheiras*; *Memoria em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os franceses chegassem a dominar*. Escreveu ainda várias obras na vigência do regime liberal e foi redactor da *Gazeta de Lisboa*, de 1809 a 1813.

⁽²⁷⁾ Após a saída de D. Francisco de Lemos, bispo de Coimbra e reitor da respectiva Universidade, tratou-se de formar um governo civil e outro

centena de panfletos a Imprensa Real coloca-se entre as editoras de maior produção neste tipo de literatura anti-napoleónica.

Sobre este tipo de publicações, insistimos, pouco se investigou em Portugal e noutros países, onde produções similares nasceram no combate às investidas francesas.

Os autores destes panfletos em prosa e em verso quase nunca eram consagrados. Qualquer indivíduo vazava os seus pensamentos ou sentimentos em papéis impressos que corriam em profusão nos maiores centros populacionais. O anonimato, como se disse, era frequente, e pela mesma razão a utilização de pseudónimos, que já não faziam referência, como outrora, aos nomes poéticos das Academias literárias. São autores e escritos que encerram uma postura perante as circunstâncias do momento. É significativo o facto de muitos folhetos serem "assinados" por um "português patriota" ou um "português amante da pátria". São essas composições que louvam os heróis da guerra e cantam as vitórias sobre os franceses, os êxitos do exército comandado pelo "imortal Wellington", um soneto ao vencedor da Roliça ou do Vimeiro e uma ode à reconquista de uma cidade.

As composições, em prosa e em verso, por vezes só indirectamente aludem à Guerra Peninsular - utilizando aqui e acolá as descrições consagradas a outros géneros, como exemplo a seguir. Os relatos jocosos e satíricos dedicados a Napoleão e aos franceses são temas sempre repetidos. A peça teatral e a poesia são utilizados em

militar. Consultadas muitas das pessoas de maior consideração na cidade, dirigiram-se para casa do Vice-Reitor da Universidade, Manoel Pais de Aragão Trigoso Pereira de Magalhães, a fim de rogar-lhe que aceitasse o lugar de Governador. "O Doutor Aragão Trigoso além de ser o eclesiástico de mais graduação na cidade, era por todos considerado, desde o povo aos estudantes, pela dignidade do seu cargo de Vice-Reitor, sendo ainda respeitado não só pelos talentos necessários para o desempenho das suas obrigações, como também pela sua notável firmeza de carácter. Fora ele quem continuara as aulas quando o Corregedor-mor, obedecendo a instruções superiores, obrigara a Universidade a iluminar-se por três dias. Nunca visitara os oficiais franceses de maior graduação que se demoravam ou transitavam por Coimbra, e não tivera condescendências, nem subserviências com o duque de Abrantes, pois, pelo contrário, por mais de uma vez lhe contrariara as obscuras pretensões". Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*, Coimbra, 1944, tomo I, p. 145.

temas similares. As obras de cariz mais erudito abordam assuntos históricos, filosóficos ou religiosos adoptados e dirigidos às particulares circunstâncias políticas e ideológicas. Do exame destes papéis ressalta, quantas vezes, uma ideia cheia de matizes acerca da sociedade daqueles anos, no sentido mais rotineiro da expressão. Compilando o amplo panorama da época que podemos retirar deste tipo de leituras, recolhem-se múltiplos e variados trechos que reflectem com agudeza a vida urbana, familiar e de relação social.

Conhecedores dos assuntos versados e da temática geral orientada para um fim exclusivo, outros aspectos se impõem a um estudo mais profundo. Por um lado, a similitude das acções editoriais em Portugal com o que, no mesmo campo, se passa em Espanha, situação aceitável, se se atender ao combate idêntico perante o mesmo inimigo. Jamais, na história dos dois países da Península, se estabelece tal congregação de interesses e tão poderoso intercâmbio. A partir de 1808 circulam em Espanha os opúsculos portugueses. De alguns fazem-se traduções e os de certos autores, caso de José Agostinho de Macedo, circulam nas cidades espanholas. Os êxitos e vitórias espanholas são igualmente cantados e descritos em Portugal. Folhetos traduzidos e jornais portugueses como a *Gazeta de Lisboa*, o *Semanário Lusitano*, a *Abelha do Meio Dia*, o *Diário Lisbonense*, o *Telescópio Português* e a *Minerva Lusitana* circulavam simultaneamente em Portugal e em Espanha, entre 1808/1809. O *Manifiesto de las variaciones de Europa y de las vilezas y usurpaciones francesas con relación a las rayas de Portugal y España* é publicado em Sevilha, em 1809, enquanto Pedro Cevallos é traduzido em Portugal. Para além de 1809, entre 1810 e 1815, o *Telégrafo Português* e o *Mercúrio Lusitano* são lidos e citados na imprensa e nos folhetos espanhóis. Francisco Xavier Cabanes traduz e anota em Madrid *La Campaña de Portugal*, em 1810⁽²⁸⁾. Acúrsio das Neves, com a sua *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, cujo primeiro tomo é dado à estampa em 1810, situa-se como o mais importante historiador desta época lido por portugueses e espanhóis. Pioneiro nos dois países peninsulares o seu exemplo serviu ao Padre Salmón que, em 1812, anuncia o seu *Resumo Histórico da Revolução de Espanha*.

A oficina de "Simão Tadeu Ferreira" editou a *História* de Acúrsio das Neves e mais uma dúzia dos seus opúsculos anti-

(28) Cf. Ana Maria Freire Lopez, *ob. cit.*

franceses. Panfletário de elevada erudição, probo e imparcial no seu relato, não deixou passar em claro a atitude de subserviência das diversas autoridades, para com os ocupantes. Não poupou instituições como a Academia das Ciências que ofereceu a presidência a Junot. A sua objectividade e inteireza de carácter evitou de isenção os escritos, de quem não temia experimentar os "espinhos e os perigos" a que se sujeita aquele que narra com verdade os factos que conhece. O povo, essa enorme mole humana que não havia sido consultada nas decisões que levaram à partida da família real para o Brasil ou à nomeação dos dirigentes que receberam o invasor, é tratado, por este autor, com um especial carinho. A conduta popular é por ele amiúde ressaltada com encômios de patriotismo perante as tibiezas e esmorecimentos das autoridades. O primeiro brado de revolta afirmou, "ou saiu imediatamente do povo nas terras, onde a revolução principiou sem chefes, ou foi preparado pelo povo, de que os movimentos armados, a comoção, e a fermentação visível animou esses chefes nas terras onde os houve, a levantarem a voz"⁽²⁹⁾.

José Agostinho de Macedo, outro panfletário marcante nesta época, atacando a Revolução Francesa, considera-a "uma das mais pestíferas e ruinosas obras do espírito humano". Este polemista deixou vasta obra onde abunda a temática sebastianista. No seu furor anti-francês entra, por vezes, em contradições quando acusa os seus exércitos de "monarquizar a Holanda, coberta de luto e sentada sobre as ruínas da liberdade republicana, chorando a sua irreparável queda"⁽³⁰⁾.

A maioria dos panfletos não eruditos utiliza a caricatura que ressalta e reflecte os vícios e defeitos do inimigo com uma estrutura, por vezes extremamente simplificada, em que o bem e o mal, a bondade e a maldade, o amor e o ódio, a luz e as trevas, a virtude e a libertinagem, a sabedoria dos ingleses e a irreligião dos franceses, se exprimem numa dualidade quase dicotômica. A espada e a pena confundem-se num folheto publicado em 1808 "no ardente desejo de combater os assassinos da espécie humana"⁽³¹⁾.

⁽²⁹⁾ Acúrsio das Neves, *História Geral das Invasões Francesas*, tomo I, Lisboa, 1810, pp. 117-118.

⁽³⁰⁾ José Agostinho de Macedo, *Sermão pregado na Real Casa de S.to António em 28.IX.1808*, Lisboa, 1808, p. 49.

⁽³¹⁾ *Diálogos entre as principais personagens francesas*, Lisboa, 1808.

As linhas caricaturais definidoras dos franceses assentam, muitas vezes, na sua educação filosófica e anti-religiosa, advinda das leituras de Mirabeau, Rousseau, d'Alembert, Holbach, Voltaire ou Condorcet, levando-os a abraçar "pestíferas" doutrinas e "filosofias materialistas". Mas essa construção caricatural da imagem do invasor conduz, muitas vezes, ao estabelecimento de um certo paralelismo nos discursos liberais e absolutistas. Estes últimos, "realçando os desmandos do império contra as repúblicas europeias", de que é exemplo a já citada afirmação de J. A. de Macedo, enquanto os liberais defendem os princípios autoritários e de legitimidade. "A crítica aos franceses, mesmo a mais primária, atrai considerações que deixam antever uma discussão política mais profunda"⁽³²⁾. Outra contradição surge nos polissémicos conceitos da liberdade. A mesma expressão é atribuída ao perigoso inimigo da liberdade e ao portador dos "vícios" nascidos da liberdade. As respectivas mensagens, contraditórias por vezes, divergentes nalguns objectivos a atingir, actuam sobre as mais díspares sensibilidades e as mais diversas ideologias, abrindo amplos caminhos e derrubando fronteiras nos dois países peninsulares. Em muitos casos, e por razões várias, pressagiando muitas influências liberalizantes. Ficam, no entanto, patentes com suficiente clareza, em todos esses papéis, as reacções às invasões francesas, ao francês e a Napoleão, esse "verdugo da humanidade", "flagelo do mundo", "impostor temerário", "cruel assassino" e "depredador infame"⁽³³⁾.

Os setembrizados, colaboradores, pedreiros livres, jacobinos, partidistas ou não, a partir de 1808 ali estavam, numa antevisão da nova ordem. Não nos parece muito difícil aí identificar muitos dos construtores da nova sociedade portuguesa que, obviamente, não se construiu no dia 20 de Agosto de 1820, mas muito antes e muito depois. Se, com Junot chegou, para muitos, a possibilidade de impor uma nova Constituição e, para outros, um novo soberano, mais acatador dos direitos humanos, de obediência constitucional, iniciou-se, também, uma nova forma de ver e resolver algumas adversidades que flagelavam o país. Muitos dos laboriosos construtores dessa nova

⁽³²⁾ João Luís Lisboa, *Ciência e Política na leitura em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, 1987, tese de Mestrado policopiada, p. 221.

⁽³³⁾ Acúrsio das Neves, *Paráfrase ao Capítulo XIV do Livro de Isaías*, Lisboa, 1809, Introdução.

prosa vão utilizar a sua pena como arma dirigida a outras vicissitudes, uma vez terminado o perigo.

Perez Galdos, ao pintar com agudeza o ambiente de Cádiz, enquanto residência do governo da nação espanhola, lembra-nos que "ali apareciam arrebatadas de uma ou outra mão os primeiros números daqueles periódicozitos tão inocentes, mariposas nascidos ao tívio calor da liberdade de imprensa no seu crepúsculo matutino" (34).

Estes folhetos e "periódicozitos" portugueses dos anos napoleónicos foram, muitos deles, escritos por nomes como António Maria do Couto, autor do *Liberal*, João da Mata, autor da *Lira Constitucional*, José Anastácio Falcão, que tanto lutou pela imposição do governo constitucional em Angola, Jorge Brito França Galvão, deputado às constituintes, Rodrigo da Fonseca Magalhães mais tarde ministro do liberalismo, Luís Altina de Campos, liberal e apologista das ideias francesas, Frei Vicente da Soledade deputado nas constituintes, pelo estudioso da Constituição Francisco Margiochi e tantos outros que aí iniciaram a sua aprendizagem.

No início da guerra, os papéis impressos tinham um tema mais patriótico que político, mas com o tempo, e divididas as opiniões, converteram-se, muitas vezes, em porta vozes de ideias divergentes. Uma nova fase no texto político chegou com as invasões e marcou profundamente a década que precede 1820. A sua proliferação e difusão, embora localizada nos centros mais cultos do país, cria um novo tipo de participação que envolve o novo leitor. A luta tenaz contra o francês, que essa literatura traduz ao mesmo tempo que consubstancia a guerra dos valores tradicionais contra as modas revolucionárias, assume-se, igualmente, como factor de consciência política(35).

Novos horizontes foram aportados pelo conflito - o tívio calor da liberdade que então se sentiu vai assumir-se no crepúsculo do novo dia! No final do século XVIII, nos anos da Revolução Francesa, eram ainda inexistentes os jornais de expressão política. A *Gazeta de Lisboa* e o *Mercúrio Histórico, Político e Literário*, inserindo notícias sobre a guerra que abalava parte da Europa dão, contudo e

í34) Benito Perez Galdos, *Episódios Nacionais*, tomo I, Madrid, 1965, 9ª ed., pp. 900-901.

(35) João Luís Lisboa, *ob. cit.*, p. 232.

tacitamente, pretexto, à reflexão política. É no período coincidente com a Guerra Peninsular, que se assiste a urna profunda modificação quantitativa e qualitativa que tem, necessariamente, repercussões nos hábitos de leitura nacionais - surge um novo jornalismo. A partir de fins do Iº decénio do século XIX o jornalismo português "seria abertamente político e de combate, tendo nascido contra as invasões francesas a sua primeira reacção violenta"⁽³⁶⁾. Os redactores de novos jornais e gazetas elaboram textos reflexivos de combate, por vezes polémicos, perante os acontecimentos que vinham conhecendo. Os informativos puramente noticiosos não tinham mais cabimento. Alguns diários, outros periódicos, todos mudam qualitativamente. São dessa altura o *Jornal de Lisboa*, o *Mensageiro*, o *Diário Lisbonense*, o *Novo Diário de Lisboa*; a *Gazeta* que, entretanto, passa a diário.

O combate aos franceses e à sua propaganda provoca a abertura da apertada teia de restrições. A mesma imprensa que exalta os feitos militares, que se preocupa com os factos da guerra, critica quem a determinou, é aquela que, uma vez liberto o país dos seus invasores, se vai preocupar com muitos dos problemas sociais e políticos que agora ameaçam alguns dos que se mostraram entusiastas e impressionados ao verem nos homens de Junot, "outros tantos pregoeiros e panegiristas dos princípios revolucionários de França" ⁽³⁷⁾. As invasões francesas, espalhando miséria e ódios, enraizaram, simultaneamente, ideias novas que, assentes em reivindicações de há muito, em breve dariam o seu fruto. Muitos dos jornais que, a coberto do clima de guerra, alardearam uma abertura até aí jamais vista, são os mesmos que, mudando a direcção da crítica, vieram a fazer incidir os seus protestos nos problemas políticos, económicos, sociais, prodigalizados pelo regime absolutista. Os governantes que, terminadas as invasões, recuperaram a segurança, esqueceram alguns dos obreiros que, pouco antes, haviam defendido os seus interesses e a sua liberdade. Não lhes convinha, no momento em que se serenavam os ânimos, que a nível da discussão passasse a incidir sobre problemas de maior sensibilidade. As proibições, ou mais atenuadamente, a vigilância e a censura, vão apertar-se sobre alguns dos novos órgãos.

O *Correio Brasiliense* de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, (Hipólito da Costa), que se opunha ao governo de

⁽³⁶⁾ José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 60.

⁽³⁷⁾ Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, 2ª época, t. II, p. 455.

Lisboa e propugnava a independência do Brasil, deixa de entrar em Portugal, em 1811. Ao *Investigador Português* de Vicente Nolasco e Bernardo Abrantes e Castro, mais moderado embora, estava destinado o caminho da clandestinidade; O *Correio da Península* de Rocha Loureiro e Nuno Álvares Pato Moniz - este último que tantos panfletos nos deixou, e que foi "o mais firme antagonista e a mais constante vítima do Padre José Agostinho de Macedo" - vê-se proibido em 1810 por alegada publicação de "discursos políticos", em vez de difundir notícias de operações militares⁽³⁸⁾. Aliás, este jornal é considerado por Georges Boisvert como o "primeiro periódico liberal" publicado em Portugal⁽³⁹⁾.

Rocha Loureiro, explicando a curta duração da liberdade de imprensa, afirma em 1816: "depois da expulsão dos franceses [...] o governo da regência estimou que devia permitir uma liberdade de impressão ilimitada para não deixar arrefecer o ardor do povo. Mas depressa, assegurada a Restauração, recuou e passou de um extremo ao outro ao ponto de proibir a impressão de qualquer escrito que tivesse um cheirinho a liberdade"⁽⁴⁰⁾.

Na mesma linha de ideias e interpretando o curioso fenómeno do repentino recrudescimento da imprensa, escreve José Liberato Freire de Carvalho, um pouco mais tarde, em 1820: "Enquanto durou a guerra com França, e os nossos governantes precisavam da nossa energia e entusiasmo para que ela se concluísse a bem deles, e não a bem do povo, a Imprensa, por assim dizer foi livre em Portugal: então tudo se escrevia, todos escreviam, e a todos era lícito revelar os seus pensamentos. Mas assim que a guerra se acabou, e em vez de um despotismo militar se começou a estabelecer o despotismo civil e religioso, decretos sobre decretos, e ordens sobre ordens deram logo cabo de todos os escritos; e só conservaram a *Gazeta de Lisboa*, como imagem desse Alcorão turco, em que devem crer os fiéis que tudo está escrito quanto necessário é para a vida política, civil e religiosa"⁽⁴¹⁾.

(38) Alfredo Cunha, *ob. cit.*, p. 153.

(39) Georges Boisvert, *ob. cit.*, p. 99.

(40) João Bernardo da Rocha Loureiro, *O Português*, voi. VII, nº 36, Londres, 1816, p. 585.

(41) *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*, Londres, 1 de Abril de 1820, vol. II, p. 229.

Tanto o *Investigador* como o *Correio Brasiliense*, apesar de proibidos, circularam sempre clandestinamente. A partir de 1814, com a entrada de José Liberato para o primeiro desses órgãos, os leitores mais afoitos e interessados poderiam servir-se deles para alimentar as suas críticas à acção governativa. Aí também viam um meio de comunicação dos novos ventos liberais: a Constituição de Cádiz como experiência primeira do liberalismo espanhol, o problema dos direitos feudais e senhoriais, a inquisição, a escravatura, a imprensa livre, a emancipação das colónias espanholas, as derrotas sucessivas de Napoleão a partir de 1812, a ascensão de Luís XVIII, as novas leituras sobre a soberania e as cortes, as experiências nos Países Baixos, tudo se problematizava e levava à colocação de novas questões. A partir de 1813 e, com mais incidência, a partir de 1816, os valores e referências dos escritos políticos cada vez mais se identificam com a construção de um estado liberal. "Os jornalistas apelavam com insistência e energia para reformas, para cortes, para uma constituição. Primordializavam a política, enquanto base das inovações conjunturais absolutamente inadiáveis"⁽⁴²⁾.

A reforma do aparelho jurídico e político era necessária à resolução dos problemas portugueses. A ruptura que se aproximava não poderia deixar de ter muito a ver com a circunstância de a soberania estar enublada pela tutela inglesa. Se a maioria dos jornais que colocavam em questão os problemas da sociedade portuguesa era originária da Grã-Bretanha, país onde imperavam valores sociais, morais e políticos caros aos mais liberais, nem por isso esse mesmo factor tutelar deixa de ser posto em causa pelos portugueses preocupados com a sua independência. Os ventos liberalizantes que daí provinham não podiam contribuir para protelar uma situação em que a soberania portuguesa estava posta em causa. Por essa razão não podemos aceitar como paradoxal a convergência de uma atitude de repulsa e expulsão das chefias inglesas que haviam aproveitado uma situação decorrente das invasões, com a aceitação da ideologia subjacente à ordenação jurídico-política adoptada pelo nosso velho aliado.

Não deixa pois de ser curioso que, abrindo o século XIX com a *Gazeta de Lisboa*, *As Effemerides Nauticas*, e *O Correio Mercantil e*

⁽⁴²⁾Graça e Sebastião da Silva Dias, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Lisboa 1980, vol. I, tomo II, pp. 590-591.

Económico, folhas noticiosas que não passavam de "atrasados estafetas de notícias divulgadas no estrangeiro, semanas ou meses antes" se venha a verificar, a partir de 1808, um surto jornalístico extraordinário. Duas dezenas de periódicos são fundados em reacção contra a França e as usurpações de Napoleão e das suas tropas, levantando uma onda patriótica sem distinção de convicções políticas. Só no dia 1 de Setembro desse ano nasceram quatro periódicos em Lisboa. Não se escrevia e publicava tudo o que se queria, mas nesse ambiente de relativa liberdade, "aliás de pouca dura, a imprensa teve ensejo de desenvolver-se, um pouco mais desafogada"⁽⁴³⁾.

Apesar da efémera liberdade, em 1814 o *Mercúrio Lusitano*, de 22.VI., pôde publicar a Carta Constitucional, "concedida por Luís XVIII aos franceses, em cujo artigo 8º se estatua que estes tinham o direito de publicar e fazer imprimir as suas opiniões...". Pouco antes de 1820, só 5 jornais se publicavam em toda a monarquia portuguesa, sem contar os almanaques e as efemérides: a *Gazeta de Lisboa*, *O Jornal de Coimbra*, *O Jornal Enciclopédico* (de cariz literário e devido à pessoa de João Agostinho Macedo), a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Gazeta da Bahia*. A somar a estes, mais cinco títulos publicados no estrangeiro - sendo três em Inglaterra e dois em França. Neste último país o *Contemporâneo* de Solano, Cândido e Mascarenhas Neto e os *Anais de Sciendas e Artes*. Em Inglaterra, *O Correio Brasiliense* (H. da Costa), *O Investigador Português* de Abrantes e Castro, Freire de Carvalho e Vicente Nolasco e o *Português*, a partir de 1814, dirigido por Bernardo da Rocha Loureiro.

Após a saída dos franceses ficara o rancor e o ódio ao opressor mas também muito do seu credo político. Os que escreviam nessas folhas aproveitaram os hábitos do período invasor para conjugarem esforços na substituição das instituições seculares da nação.

Se as invasões napoleónicas tinham semeado em Portugal ódios profundos, também semearam e deixaram ideias novas e "aspirações" insofridas, anseios de reivindicações sociais que viriam a desabrochar em não longínquo futuro⁽⁴⁴⁾. Com a sua expulsão, não morrem os germes da revolta contra o absolutismo. Algumas sementes transportadas pelo inimigo espalharam-se por entre os habitantes das povoações invadidas, aí provocando um estado de espírito e

⁽⁴³⁾ Alfredo da Cunha, *ob. cit.*, p. 127.

^{f*4)} *Idem, ibidem*, p. 139.

clima social confuso, de indefinições e desconfianças, propício a atitudes dúbias e paradoxais que não poupam as personagens de mais alto relevo. Em 1812, D. Carlota Joaquina dirigia-se às Cortes de Cádiz, felicitando-as por "haverdes publicado esta sábia Constituição que todos aplaudem e eu principalmente". Saliente-se o facto de quem assim se exprimiu, em 28.VI.1812, dez anos mais tarde, vem a recusar-se a jurar a constituição de 1822, que em grande parte era moldada pela anterior⁽⁴⁵⁾.

⁽⁴⁵⁾ J. M. de Sousa Monteiro, *História de Portugal*, tomo II, p. 447, citado por Alfredo da Cunha, *ob. cit.*, p. 140.

RELAÇÃO DOS PANFLETOS ALUSIVOS ÀS INVASÕES
FRANCESAS EDITADAS PELA REAL IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA EM 1808 E 1809

Título	Autor	Dedicatória	Nº Pag.
1808			
Analyse da proclamação do Sr. Junot de 16 de Agosto de 1808 por...	Anónimo	-	10
Auto da vereação da villa de Alpedrinha em 4 de Julho de 1808	Anónimo	-	10
Canto heroico aos portuguezes. (verso)	Manoel Mathias Vieira Fialho de Mendonça	-	24
Carta de hum general francez escrita a napoleão	Anónimo		8
Collecção de peças poéticas que na faustissima Restauração do governo de S. Alteza Real o principe regente Nosso Senhor, forão recitados nos Outeiros, que se fizeram em Coimbra e Lavos (verso)	Fr. Manoel de Santa Theresa de Jesus Guarda	a Manoel Pais de Aragão Trigoso	39
Compendio histórico dos acontecimentos mais célebres motivados pela revolução de França, e principalmente desde a entrada dos franceses em Portugal até à segunda Restauração desde a gloriosa aclamação do Príncipe Regente, o Sereníssimo Senhor D. João VI.	Fr. Joaquim Soares	a D. António de S. José de Castro	(tomol) 48
Congratulação aos habitantes da villa de Gouvêa pela feliz e gloriosa Restauração da Pátria. Recitada na tarde do dia 28 de Setembro antes da solemne acção de graças ao Altíssimo	José Joaquim da Rosa		15
Congresso de Bayona e Máximas de Napoleão	Anónimo	-	18
A Constituição de Hespanha feita em Bayona por José Bonaparte, precedida d'hum discurso comparativo entre ella e as cartas de Bonaparte escritas por Morat, e já publicadas no nº 2 e 1º do leal Português	Anónimo		21

Título	Autor	Dedicatória	Nº Pag.
1808			
Exame das cauzas que allegou o gabinete das Tuilherias para mandar contra Portugal os exercitos francez, e hespanhol em Novembro de 1807	Francisco Soares Franco		23
Exame da segunda carta a respeito dos negocios de Portugal dada por Mr. Champagny, ministro dos Negocios Estrangeiros do Imperador e Rei a 2 de Janeiro	Anónimo		12
Falla que fez a seus freguezes Manuel Rodrigues do Nascimento Tavares, prior da Igreja de Faia, bispado da Guarda no dia 25 de Julho do anno de 1808	Manuel Rodrigues do Nascimento Tavares	—	4
Manifesto ou exposição fundada e justificativa do procedimento da corte de Portugal, a respeito da França, desde o principio da revolução até à época da invasão de Portugal....	Anónimo		16
Ode ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Bernardim Freire de Andrade, (verso)	João Nogueira	-	11
Ode heroica ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Bispo, Presidente Governador, (verso)	João Evagelista de Moraes Sarmiento	-	12
Ode pindarica à feliz Restauração da cidade do Porto pela occasião do intruzo governo francez. (verso)	Joaquim Rauvino da Costa		8
Ode pindarica à feliz Restauração do nosso Portugal, (verso)	Rodrigo da Fonseca Magalhães		19
Ode que ao corpo militar de Lentes e doutores voluntarios offerece Agostinho Albano da Silveira, (verso)	Agostinho Albano da Silveira		7
Ode recitada na noite de 29 de Setembro... (verso)	Manoel Ferreira de Seabra		6
Oração gratulatória pela Restauração do Reino de Portugal.	Luiz Antonio Carlos Furtado de Mendonça	Arcebispo Primaz de Braga	18

Título	Autor	Dedicatória	Nº Pag.
1808			
Papeis officiaes da Junta de Segurança e administração pública da Torre de Moncorvo, onde foi proclamada a legitima autoridade do Principe Regente Nosso Senhor, no dia 19 de Junho de 1808	Anónimo		7
Proclamação de Manoel de Sousa Moreira, estudante da faculdade médica aos seus condiscipulos e mais académicos excitando-os à guerra contra o inimigo comum da patria e de toda a humanidade, (verso)	Francisco de Sousa Loureiro	Manuel Paes de Arargão Trigoso	15
Proclamação do General Junot aos habitantes de Lisboa em 16 de Agosto de 1808	Junot		12
Protecção à francesa, (verso)	Anónimo	-	24
Quadro da infame conducta de Napoleão Bonaparte para com os differentes soberanos da Europa desde a sua intrusão no governo francez até Junho de 1808. (Traduzido do francês)	P.F. (Frei Fortunato de São Boaventura)		67
Reflexões sobre a conducta do príncipe Regente de Portugal, revistas e corregidas por	Francisco Soares Franco		10
Relação exacta da festividade que fez a Camara de Chaves nos dias 7, 8, 9 do mez de Outubro, por motivo do Resgate da Nação e do legitimo Governo instituido pelo Principe Regente Nosso Senhor.	José Maria de Mendonça	-	12
Relação da viagem de Junot a Portugal dada por elle mesmo a seu amo Napoleão. (Na 2ª ed. Acrescenta-se: com notas verdadeiras e interessantes).	Anónimo		13
Relação das Festas do Castelo de Vide nos mezes de Outubro e Novembro de 1808 pela Restauração de Portugal	Anónimo	-	4
Relação das Festas do Couto de Fontecarcada no mez de Outubro de 1808	Anónimo	-	8

Título	Autor	Dedicatória	Nº Pág.
1808			
Relação dos donativos de Aveiro	Anónimo	-	15
Resposta dada a Junta do Governo Hespanhol pelo ilustríssimo senhor Bispo d'Orense D. Pedro Quevedo e Quintamo por ocasião de haver sido nomeado Deputado para a Junta de Bayonna.	D. Pedro Quevedo, Quintamo	-	4
Sermão de Acção de Graças pela feliz Restauração de Portugal recitado na Cathedral de Coimbra pelo Dr. Frei Vicente da Soledade em 25 de Setembro de 1808	Frei Vicente da Soledade		27
Sermões de Acção de Graças pela feliz Restauração de Portugal.	Anónimo	-	35
Sucessos do Exercito Portuguez desde que sahio o Porto o Quartel General, fielmente narrados por Manoel Joaquim Freire de Andrade Pinto de Sousa cavalleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz.	Manuel Joaquim Freire de Andrade Pinto de Sousa		16
A vingança da Patria. Proclamação da cidade de Orense pela Restauração da Patria.	Anónimo		8
1809			
A gratidão da Patria aos distintos serviços do leal e valeroso corpo dos voluntarios Académicos, em a ditosa expulsão do intruso governo francez. Justificada e proclamada a todos os portugueses por F.F.	Fr. Fortunato de São Boaventura		16
Congratulação à patria pela feliz Restauração do legitimo governo de S. A. R. (verso)	António Alexandrino Marques	Aos voluntários académicos	23
Narração das marchas e feitos do corpo militar académico desde 31 de Março, em que sahio de Coimbra até 12 de Maio. Sua entrada no Porto.	Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva	A Manuel Paes Aragão Trigoso	25
Parallelo entre Inglaterra e Carthago, e entre França e Roma, examinado por hum cidadão de Dublin, e transladado em	Anónimo	-	44

Título	Autor	Dedicatória	Nº Pag.
Portuguez, com algumas observações do traductor			
Proclamação aos portuguezes. (verso)	Francisco Joaquim M. de Sá	-	44
Projectos de Napoleão sobre a guerra feito por elle ao continente escritos por elle mesmo.	Napoleão?		7
Relação do primeiro cerco de Saragoça desde 14 de Junho até 15 de Agosto de 1808 escripta por M. Vaugnan D'Oxford, testemunha ocular do mesmo cerco, que principiou a 27 de Novembro de 1808, e se diz acabado a 21 de Fevereiro de 1809, traduzida fielmente do Boletim 33º do Exercito francez e refutada por ... (traduzido do francês).	Fr. Fortunato de São Boaventura	-	15 36
A Religião offendida pelos seus chamados protectores, ou manifesto das injurias que o governo francez intruso em Portugal ha feito à religião catholica romana e aos seus ministros. Dirigido e proclamado a todos os portuguezes por F. F.	Frei Fortunato de São Boaventura	-	26

PAPÉIS DE LARGA CIRCULAÇÃO NO SÉCULO XVIII

"Textos", "literaturas", "papéis", palavras diferentes implicando opções diferentes que um título carrega consigo. É nítida a referência ao artigo de Diogo Ramada Curto, apresentado ao coloquio de Wolfenbüttel em 1992⁽¹⁾. Tinha esse texto por título "Littératures de large circulation au Portugal (XVIe-XVIIIe siècles)". E essa referência é-me tanto mais útil quanto me permite remeter para a discussão de conceitos e de ascendentes que aí é feita. Aí se encontram elementos sobre a origem do interesse em Portugal pela literatura oral e tradicional, pelos folhetos de cordel, pela cultura "popular", em autores como Adolfo Coelho, Teófilo Braga ou Leite de Vasconcelos, entre outros.

Escolher abordar "papéis", e não "textos" ou "literaturas" não se deve à necessidade de ter de apresentar um título que em alguma coisa seja diferente. Antes significa que quero salientar os objectos da circulação, com os seus conteúdos, e não tanto os géneros e as mensagens, com os seus veículos. Que há géneros que se distinguem pela capacidade de circulação é algo a que não posso fugir. Que há uma pluralidade de formas de acesso e de difusão de certos textos é também algo que noutros âmbitos me interessa particularmente. Entretanto, é outro o fio condutor que sigo neste artigo.

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

0) Publicado no volume *Colportage et lecture populaire*, Paris, IMEC, 1996, pp. 299-329.

Parto desta constatação: no século XVIII há objectos cujo êxito é flagrante. Há aqueles que justificam o interesse comercial de quem os produz, e, mais ainda, há aqueles cujo sucesso é tal que as disputas editoriais, comerciais, e mesmo judiciais, não chegam a pôr em risco as vantagens dos empreendimentos, legais ou clandestinos. Estamos a pensar em números que começam por ser da ordem das centenas de exemplares, mas que podem atingir, nalguns casos, várias dezenas de milhar de cópias em edições sucessivas, e que se espalham um pouco por todo o país, rompendo os estreitos limites urbanos e eruditos onde se imagina que acaba o alcance do escrito no Portugal setecentista.

O cenário ultrapassa a discussão do carácter "popular" dos objectos porque os encontramos com características diversas e para públicos diferentes. O que os marca é o facto de serem concebidos para e por um consumo massivo e não o serem produzidos por ou para um público "popular". Note-se que este tipo de público, definido por baixos níveis de riqueza ou de instrução pode até estar interessado por objectos de escassa circulação. Mantém-se no entanto entre os problemas incontornáveis os da identificação de destinatários e das razões e formas do sucesso de tais edições. Para clarificar aquilo a que nos estamos a referir enuncio seis tópicos que não irei desenvolver nem de modo igual, nem sistematicamente, mas que constituem pistas a partir da qual se podem discutir alguns exemplos.

- a) os papéis de sucesso pertencem a que géneros?
- b) qual ou quais os seus estatutos?
- c) quais os seus públicos?
- d) como circulam?
- e) quais as motivações e usos dos objectos de maior sucesso?
- f) como lhes seguir o rasto?

No que aos géneros diz respeito não há espaço para surpresas. As edições de maior sucesso para o XVIII são sobretudo os almanaques, os versos jocosos, os livros litúrgicos e de devoção, para além de certo teatro. Em relação ao que fazia a fortuna dos comerciantes de impressos nos séculos anteriores perdem importância os relatos de viagens e naufrágios, as novelas de cavalaria, as trovas messiânicas. Falamos de géneros tendo consciência de que no seu interior há sortes desiguais. As peças de José Daniel Rodrigues da

Costa vendem-se bem quando, na mesma altura, as de Manuel de Figueiredo se amontoam e acabam por ser vendidas a peso.

Passemos à questão do rasto do sucesso, associando-a à dos géneros e dos seus estatutos. Quando se pergunta quais são as fontes onde vamos encontrar elementos sobre a circulação de um papel há que ter consciência de que não os encontramos registados do mesmo modo, ou mesmo que parecem não existir de todo. Não podemos exigir que um folheto esteja identificado como um tratado de teologia ou de direito. Entre as obras de maior sucesso no século XVIII muitas não têm a dignidade ou o valor suficiente para serem incluídas no inventário de um notário, por exemplo, nem aparecem normalmente nas referências das publicações periódicas, nem são discutidas por outros autores. Algumas nem sequer pedem autorização para circular.

Não se espere pois que na relação de bens de um defunto apareçam os seus almanaques, os seus jornais, os seus folhetos de cordel. Aquilo a que não é atribuído valor não faz perder tempo. E mesmo em inventários da própria mão dos autores verificamos as discriminações. Frei Francisco de São Luís era assinante de jornais portugueses. No entanto, apenas menciona na sua biblioteca algumas publicações periódicas estrangeiras. O que digo não é que o que tem sucesso é o que normalmente é excluído, mas que o facto de certos tipos de impressos ou manuscritos não constarem em catálogos claramente não é prova de menor circulação. Um livrinho de devoção terá rastos mais visíveis do que um almanaque, pelo que interessa cruzar vários tipos de informação, respeitantes a disputas editoriais e legais, ao número de edições, às referências sobre vendas, à correspondência entre intervenientes, à acção policial. Os catálogos são apenas um indício entre outros.

Quanto aos possuidores ou organizadores desses catálogos, e uma vez que a questão que nos conduz aqui é a do alcance de determinados objectos, a identificação de leitores particulares interessa sobretudo, ou em função do que ficamos a saber sobre essa personagem, ou na medida em que possamos considerá-lo representativo de um tipo de leitores.

O rasto da importância de certas publicações tem, assim, de se socorrer de fontes diversas. Lembremos as repetidas disputas em torno do privilégio de determinadas publicações, registadas, quer nos arquivos da Mesa Censória, quer na correspondência particular. Dessas disputas, um caso exemplar é o das que se travaram em torno da *Gazeta de Lisboa*, sobretudo nos anos 1742-52, quando há alguns

elementos quantitativos sobre os lucros que a publicação gerava, quer quando, após 1760, o privilégio passa para os oficiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujo único rendimento vinha da comercialização do periódico⁽²⁾.

Procuraremos agora ver, em dois tipos diferentes de papéis, as marcas da grande circulação.

1. *O livro religioso*

O que mostram os catálogos (livrarias ou bibliotecas), em Portugal como noutros países europeus? A existência de uma grande quantidade de livros de religião, certamente os que vendem mais, mesmo considerando o que se passa, discretamente, sob a mesa e que não consta em registos públicos. Essa imagem foi sempre uma razão de desconfiança dos historiadores, por causa do peso da tradição e da dificuldade de tais fontes reflectirem os factores de mudança. Ora, a importância, qualitativa e quantitativa, do livro religioso não vem apenas do espaço que ocupam nos inventários, mas do facto de corresponderem a necessidades que têm respostas na expansão do impresso, e que juntam um público muito abrangente, de artesãos e lavradores a universitários e aristocratas.

O interesse de um impressor pelo livro religioso não é apenas o de estar nas boas graças das autoridades, recebendo encomendas pagas à partida e cujo escoamento lhe pode ser indiferente. No meio de milhares e milhares de edições religiosas há aquelas que se destinam apenas a círculos restritos, limitados a certos níveis de instrução, mas também disponíveis nas redes conventuais, ou abertas ao interesse de pequenos círculos, familiares ou locais. Os livrinhos litúrgicos ou de devoção não são necessariamente um êxito. As edições estão normalmente dependentes das possibilidades de financiamento, sobretudo quando se trata de volumes com mais de 20 ou 40 páginas, que implicam um investimento prévio considerável. Há, entretanto, as edições que fazem a alegria de qualquer autor ou editor.

⁽²⁾Ver um resumo desta questão em J.L.Lisboa, "L'affirmation des périodiques au Portugal", in *Actes du Neuvième congrès international des Lumières, Münster 23-29 juillet 1995*, Oxford, Voltaire Foundation, 1996, pp. 1301-1305.

O exemplo maior é o de um livro do dominicano João Franco, *Mestre da Vida*, sobre o qual Olímpia Loureiro escreveu há poucos anos⁽³⁾. Trata-se de uma obra que permite a convergência de vários testemunhos. Ao que nos dizem os próprios livros que encontramos hoje conservados, e ao que nos dizem os catálogos de possuidores da época, junta-se o testemunho excepcional de Diogo Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*.

Nos próprios livros encontramos os elementos sobre as edições, 20 entre 1731 e 1762. Nos catálogos encontramos o reflexo dessas edições, já que esse livro é referenciado em muitas casas. No estudo que a mesma autora realizou para a cidade do Porto, as obras de João Franco eram das que mais referências registavam encontrando-se em 30 bibliotecas⁽⁴⁾.

Ora o testemunho do seu contemporâneo Barbosa Machado, que data de uma altura em que a obra ainda não tinha conhecido senão menos de metade das edições, faz mais do que confirmar os dados de que dispomos por outras vias. Revela os números das tiragens das 8 edições que conhecia em 1747: 16 mil exemplares; revela ainda que de outra obra do mesmo autor, *Modo perfeito de ouvir missa*, de que os herdeiros de António Pedroso Galvão haviam feito duas edições em 1739, tinham sido tirados também 2 mil exemplares por edição nesse ano; finalmente, revela que se faziam do *Mestre da vida*, edições pirata, "edições sem faculdade do author, que fazem grande número" ⁽⁵⁾. Havia então, só destes dois livros, seguramente mais de 20 mil copias em 1747, e possivelmente cerca de 40 mil em 1762.

A fortuna deste livro não ficaria por aí, nem acabava com a morte do seu autor. Em 1788 Frei Manuel Bruno de Santa Ana, um outro dominicano, pedia o privilégio para a venda de uma nova edição, com as revisões necessárias à alteração do nome do autor, mas com praticamente o mesmo título.

É inevitável procurar saber o que se passa com outras obras de João Franco, nomeadamente os sermões. Ora se em 1734, no prólogo

⁽³⁾"Uma leitura de sucesso no século XVIII", *Poligrafia*, n° 3, 1994, pp. 33-40.

⁽⁴⁾Olímpia Loureiro, *O livro e a leitura no Porto no século XVIII*, Porto, CEDDPB, 1994, p. 148.

⁽⁵⁾ *Biblioteca Lusitana*, voi. 2, [1747] Coimbra, Atlântida, 1966, p. 664.

ao primeiro volume, o autor afirma que, se forem bem aceites, tenciona publicar seis volumes contendo as suas pregações, pensamos imediatamente no que, para ele, significava os seus livros serem bem aceites. Esses volumes não foram seis, mas doze, numa série que em 1760 já tinha uma terceira edição.

Estamos bem longe do que se passa com as encomendas feitas por Frei Manuel do Cenáculo em 1757, de 100 exemplares de uma *Dissertação* e de 200 de um elogio fúnebre⁽⁶⁾. Mas João Franco não é caso único. Outros pregadores (ou editores para as obras póstumas) vêem os seus textos serem reproduzidos em edições sucessivas. O sucesso dos sermões de Vieira, em que as edições não autorizadas competiam com várias reedições, é apenas o mais conhecido. O *Sermão dos bons anos* (1642) e o *Sermão de Santo António pregado na igreja das Chagas* (1642) tiveram seis edições cada, antes da edição *princeps*, nos anos 80. E, entrados no século XVIII, Vieira ainda vendia, tal como outros pregadores seiscentistas de que se faziam reedições: Jerónimo Peixoto da Silva, António de Sá, Luís da Ascensão, Manuel Barbosa, António da Costa Cordovil, Cristovão de Fóios, entre outros.

Há razões para pensar que o interesse de editores como João Antunes, de Coimbra, não era apenas o de fazer justiça ao nome de pregadores de méritos firmados. Vemos pela forma como outros pregadores, ao longo do século XVIII, reagem à possibilidade de fazer reedições ou simplesmente continuar colecções. Manuel da Ribeira de Niza mostra-se muito satisfeito quando, em 1761, lança o segundo volume dos seus sermões declarando que do primeiro, saído um ano antes, já eram poucos os exemplares disponíveis. Aquando da preparação desse primeiro volume havia condicionado a publicação de outro ao acolhimento que lhe fosse feito. E há mais casos de três edições de séries de sermões, como os de Frei Manuel dos Reis, entre 1717 e 1755.

Por esses anos assiste-se a uma inversão de tendência. Cai drasticamente a produção nacional, e importa-se e traduz-se cada vez mais, sobretudo da tradição de língua francesa. E então a vez das reedições sucessivas da edição portuguesa de Massillon. E se compararmos dois catálogos do livreiro Rolland, de 1776 e de 1777, vemos não apenas o que existe, mas também o que se esgota nesse

⁽⁶⁾Ver Piwnik, *Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 128-129.

intervalo. Quantos exemplares havia não sabemos, mas verificamos que os mais conhecidos estão sempre em stock. Em 1776, o catálogo de sermões franceses tinha 38 autores e mais de 200 volumes. No ano seguinte desaparecem 13 desses autores, entre os quais Bossuet, Flechier e Seguy. Outros, como Massillon, Bourdaloue ou La Tour Dupin, continuam à venda e acrescenta-se o nome de Neufville. Renovam-se, portanto, as encomendas.

Traduz-se entretanto uma grande quantidade de sermões, disputando-se também os privilégios da tradução, de tal forma que em 1793 um comentário publicado no *Jornal Enciclopédico* (p. 449) exprime a satisfação pela saída de um livro de um pregador português, o agostinho Francisco Vanzeller. "Lemos com sobrado prazer as Orações sagradas deste Orador, e as preferimos por todos os motivos às enchentes de pessimas traduções de originaes franceses, que transbordão por todas as partes, e tão longe estão de enriquecer a nossa lingua, que antes a empobrecem e degradão"

O livro religioso, e neste caso o sermão, pode ser lucrativo e suscita o interesse comercial de autores, editores e instituições. A *Gazeta* cumpre o seu papel, anunciando certos sermões em muitas livrarias diferentes, de várias cidades do país, ou nas portarias de colégios e conventos. O que se passa em Inglaterra, onde a venda de sermões no século XVIII era de tal modo rentável para os hospitais que estes a colocam ao nível de uma boa gestão financeira⁽⁷⁾, reproduz-se na mesma altura em Portugal. Afirma o carmelita Luís de Sta. Tereza, em 1766, que se decidiu a publicar os seus textos quando o convenceram, não de que eles eram pérolas indispensáveis à literatura portuguesa, mas que "teriam saída". Podia assim empregar os rendimentos na reconstrução do seu convento, arruinado desde 1755.

Ao mesmo tempo, como para qualquer obra profana, funciona um circuito clandestino. O impressor Inácio Rodrigues confessa em 1753 ao Santo Ofício o seu papel na circulação de sermões sem licenças, ou sem renovação de licenças, em tiragens que respondiam à procura do público, de forma a obter o maior lucro possível. Os números das tiragens não são elevados, mas devem ser considerados como uma

(7) Françoise Deconinck-Brossard, *Vie politique, sociale et religieuse en Grande-Bretagne d'après les sermons prêchés ou publiés dans le nord de l'Angleterre 1738-1760*, 2 vols., Dissertation, Univ. Lille III, 1984, p. 553.

parte suplementar em relação às edições legais. Confessa Inácio Rodrigues que na sua oficina "[...] se imprimirão varios sermões que já corrião empreços com licença deste Tribunal a saber hum de N^a Sr^a do Monte do Carmo que pregou no Algarve o Conego Lourenço Baptista Feyo, hoje monsenhor da Santa Igreja Patriarchal o qual mandou imprimir sem novas licenças. Outro da canonização de S. Luis Gonzaga pregado pelo mesmo Autor e por elle mandado imprimir sem novas licenças e lhe entregou elle confidente 150 cópias de cada hum. [...] e outro das exequias de El Rey D. João o quinto composto e recitado na cidade do Porto por hum religioso Loyo [...] reimprimira elle sem nova licença para tirar algum lucro [...] 100 cópias de que só duas vendeu e as mais conserva em sua casa"⁽⁸⁾.

Estas edições, mais expeditas e sem encargos fiscais, podiam ir dos 50 exemplares, aos milhares. Inácio Rodrigues já tinha nesse ano publicado legalmente o *Sermão da Mãe Santissima, N^a Senhora das Dores*, dito na igreja patriarcal por Lourenço Baptista Feio, e os dois sermões publicados abusivamente tinham já saído em 1728 e em 1731, das oficinas dos impressores Miguel Rodrigues e Manuel Fernandes da Costa. Depois do processo, em 1753, nem o impressor nem o pregador voltaram a publicar qualquer sermão.

Refira-se entretanto uma característica de dois dos sermões que Inácio Rodrigues publica furtivamente. Quer o que foi feito para as exéquias de D. João V, quer o que foi dedicado à canonização de São Luiz Gonzaga se integram em autênticas vagas de sermões, ditos e publicados. Fazem-se edições pirata de textos que já circulam abundantemente, e cuja repercussão dá ocasião a maiores expectativas e a uma grande procura, como se verificara com os textos do padre António Vieira ou com o *Mestre da vida*. E a mesma situação que se conhece em França com as edições abusivas, tanto impressas como manuscritas, dos sermões de Bourdaloue e que este não conseguia controlar. O sucesso comercial gera a multiplicação⁽⁹⁾.

⁽⁸⁾ Arq. Nacionais - Torre do Tombo (ANTT), Inquisição de Lisboa: 5072, cit. in A. A. Banha de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, Coimbra, Universidade, 1966, p. 602.

⁽⁹⁾ Eugene Griselle [1901-1904], *Bourdaloue: histoire critique de sa prédication, d'après les notes de ses auditeurs et les témoignages contemporains*, Genève, Slatkine Reprints, 1971, p. 12.

No caso da canonização dos santos Luís Gonzaga e Estanislau Kostka, que aproveitava a Inácio Rodrigues, a Companhia de Jesus havia promovido, desde 1727 e durante vários anos, grandes celebrações, com grandes espetáculos, de que os sermões eram parte, e dos quais resultaram edições com procura assegurada. Diga-se, aliás, que estes santos jesuítas, como outros da Companhia de Jesus, de que se destacavam Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier, e a que se acrescentou entretanto São João Francisco Régis, com novas festas anos depois, eram celebrados por dezenas de pregadores, sendo muitos de outras ordens, e as publicações conheciam reedições num curto intervalo de tempo. Neste caso o sucesso do impresso está claramente associado ao clima que se cria, à articulação de meios que se empregam para um mesmo tema, e à sua presença repetida por todo o país.

Importa sublinhar que o sucesso destes livros não lhes é garantido por se tratar de sermões, género em franco declínio editorial desde meados do século. As motivações para a publicação são de vária ordem, mas as possibilidades de grande saída dependem de várias circunstâncias, onde se devem considerar em alternativa ou cumulativamente, aspectos materiais da edição e da acessibilidade do livro, como o seu formato, com a vantagem do in 8º sobre o in 4º a partir dos anos 60, com a correspondente revolução nos preços, mas que muito antes funciona como trunfo de vários papéis, e também aqueles aspectos relacionados com o que atrai a atenção do público, o nome do autor, a expectativa criada pelo tema, a correspondência entre o impresso e o falado, ou entre o impresso e as rotinas dos crentes.

2. O *almanaque*

Uma publicação que só excepcionalmente encontraremos no catálogo de uma biblioteca é o almanaque, também conhecido por "lunário", "reportório" ou "prognóstico". Ao contrário do livro religioso, não tem nem a dignidade nem o valor para ser considerado num inventário. E, no entanto, circulavam aos milhares por toda a Europa. Em Inglaterra, em 1660, estima-se que, para cerca de um milhão de famílias, fossem publicados anualmente perto de 400 mil almanaques, além de outros livros de grande consumo. Jogando com

os números, em todo o caso impressionantes, R.A. Houston⁽¹⁰⁾ diz que eles tanto podem querer dizer que, anualmente, um terço a metade das famílias tinha uma dessas publicações, como pode querer dizer que, nesse intervalo de tempo, uma em cada dez famílias adquiriria quatro destes livros.

À parte a margem de dúvida que o jogo pretende levantar, é inegável o alcance social destes objectos. No início do século XVII, a censura aponta o perfil dos leitores: "dos que menos entendem, quaes são de ordinário os que lêm Repertorios"⁽ⁿ⁾. Uma imagem que se repetirá noutras censuras, como a de João Cristiano Muller, em 1795 que refere "[...] o vulgo, cuja leitura predilecta costumão ser semelhantes folhetos; que pouco custão [...]"⁽¹²⁾. Leitura destinada expressamente a um tipo de público normalmente sem outras leituras, a atitude das elites perante os almanaques é marcada por várias polémicas. De um lado estão aqueles que pensam que os almanaques têm o seu espaço, até pela utilidade que eles têm para as populações dos campos, gente sem acesso a saberes de outro tipo. E o caso de Lima Bezerra, no seu *Estrangeiros do Lima* (1791), posição que aliás é exposta também por João Cristiano Muller, na censura atrás referida, quando diz que, entre os motivos da tolerância dos poderes face a tais publicações uma é o serem "vehiculo da propagação de noções e de noticias sumamente uteis e dignas de serem universalmente sabidas, por entre o vulgo"⁽¹³⁾.

Do outro lado estão aqueles que tomam a seu cargo a defesa dos leitores desprevenidos e a denúncia dos enganamentos ou mesmo do roubo descarado que, na sua opinião, os almanaques promovem, misturando elementos do senso comum, ditos populares e conselhos sobre a caça, a pesca ou os trabalhos agrícolas, e cálculos matemáticos e astronómicos cujo valor contestam. E o caso de Francisco Soares Franco, no *Dicionário de Agricultura* (1805).

O interesse comercial do produto é praticamente certo se se conhecerem os circuitos. Em Portugal no século XVIII, um tal António Pequeno, apresentado como filho de Sarrabal Saloio, nome

⁽¹⁰⁾ *Literacy in Early Modern Europe*, New York, Longman, 1988, p. 117.

⁽ⁿ⁾ Cit. in Diogo Ramada Curto, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1988, p. 89.

⁽²⁾ ANTT, Real Mesa Censoria, ex. 27.

⁽¹³⁾ ANTT, Real Mesa Censoria, ex. 27.

emblemático neste género de folhas, dirá que lhe é indiferente se os críticos o acusam de escrever inutilidades, desde que o que ele escreve seja considerado útil pelos impressores⁽¹⁴⁾. Até ao fim do século XVIII, e mesmo depois, apesar da guerra que lhes é movida pelos meios académicos e políticos⁽¹⁵⁾, folhetos e livros contendo os saberes de almanaque circulam com sucesso em Portugal, quer sejam impressos no país, quer sejam trazidos de Itália ou de Espanha.

A imprensa em Portugal tem uma longa experiência neste domínio. Dezenas de autores asseguram a difusão popular da astrologia e do movimento dos astros, previsões meteorológicas, calendário e conselhos para os trabalhos agrícolas, desde o século XVI em pequenos livros, normalmente com cerca de vinte páginas. Encontramo-los à venda por 4, 6 ou 10 réis, em meados do século XVII e custam normalmente 20 réis (um "vintém"), no século XVIII.

Ao longo do tempo as edições e os autores multiplicam-se. Alguns exemplos de nomes associados aos almanaques: Jerónimo Amaut (1601), Paulo da Mota (1608), Julião Machado (1608), Jacome da Silveira (1612), Cardoso de Sequeira (1614), Gomes Rodrigues Sequeira (1646, 1649), António Pais Ferraz (um religioso) (1656), Francisco de Espinosa (1658), Manuel Gonçalves da Costa (1661), João Coelho (1674), Manuel Ferreira dos Reis (1676), Gerónimo de Avelar (1677). Quanto ao nome mais conhecido, repetido quase ininterruptamente entre 1641 e 1675, é o de Manuel Gomes Galhano Lourosa, que se apresenta como médico, filósofo e matemático.

Embora a importação fosse proibida, era muito difícil travar a circulação de almanaques estrangeiros, sobretudo espanhóis, introduzidos pelas fronteiras da Beira e de Trás-os-Montes, e penetrando até ao litoral, sobretudo no norte e centro do país. Em 1778, em Cabeceiras de Basto a polícia descobre 102 exemplares em casa de Manuel Pereira, então ausente, e 5 pacotes em casa de Bento Antunes, que é então detido. Segundo o relatório policial, era este contrabandista que recebia as folhas em maços e as juntava em cadernos antes de proceder à sua distribuição. Em 1779, segundo as

⁽¹⁴⁾ Cit. in José Oliveira Barata "Algumas reflexões sobre a literatura teatral de cordel no setecentismo português", in *Miscelânea de estudos em honra do Prof. A. da Costa Ramalho*, Coimbra, INIC, 1992, p. 394

⁽¹⁵⁾ ANTT, Desembargo do Paço - Corte, mç. 682, n° 17.

mesmas fontes, sabe-se que os almanaques espanhóis entravam ainda pela vila de Almeida⁽¹⁶⁾.

Em contrapartida, a tolerância dos censores em relação aos almanaques produzidos em território da coroa portuguesa mostra a consciência que havia de que se tratava de uma questão na qual os conteúdos não eram o mais importante. A tolerância é então explicada por razões económicas e políticas, já que esses papéis, segundo João Cristiano Muller no referido parecer de Dezembro de 1795, eram "do género daquelles, cuja publicação em todo o Estado cultivado só hé tolerável, em quanto servem de impedimento à importação furtiva e prejudicial de outros semelhantes impressos em outros Estados vizinhos"⁽¹⁷⁾.

Havia também aqueles que faziam publicar os almanaques com falsos locais de impressão para fugir à vigilância da censura. Foi o que aconteceu com um livreiro de Évora, denunciado à Inquisição por ter alegadamente impresso folhetos que na folha de rosto indicavam como locais de impressão Salamanca e Sevilha⁽¹⁸⁾. Expediente usado frequentemente por outro tipo de obras, de que o mais conhecido é o *Verdadeiro método de estudar*, no caso dos almanaques, apesar de publicações mal vistas, não se trataria tanto de fazer passar ditos inconvenientes, mas de evitar obrigações legais ou os problemas da concorrência.

Durante todo o século XVIII a competição editorial entre os que produzem tais livros será intensa, e até conflituosa. Muitos nomes disputam o público, entre os quais Jorge Freire Galhano (1714), Manuel Fernandes Alarcão (1719), Pedro Alcoforado Pimenta (1722), Rodrigo de Sousa Alcoforado (1715, 1729, 1733), Fernandes de Coura (1730, 1732), Cosme Francês (1735-1742), João António de Oliveira (1769), Melchior Estácio do Amaral (1777). Ora, a luta pela conquista do público envolve também a questão da autenticidade ou pertença de certos nomes emblemáticos. Os nomes Damião Francês, Pedro Coutinho, ou do "negro" Francisco Susá Halley, e as disputas que lhes estão associadas repetem-se durante décadas e entram pelo século XIX dentro. Damião Francês, o caso limite, será um nome repetido como autor de edições que vão de 1730 a 1816. Frequentemente saem,

⁽¹⁶⁾ ANTT, Real Mesa Censória, cx. 177.

⁽¹⁷⁾ ANTT, Real Mesa Censória, cx. 27.

⁽¹⁸⁾ ANTT, Inquisição de Évora: liv. 210, ff. 247-257.

no mesmo ano, edições concorrentes com o mesmo nome, ou nomes semelhantes, ou com a menção de "júnior" ou "filho de" um dos nomes emblemáticos.

Um caso mostra a forma como essas publicações circulavam. Em 1757, o livreiro João Rodrigues requer ao Desembargo do Paço que seja proibida na vila da Golegã a venda de uma edição pirata dos prognósticos de Damião Francês, de que ele João Rodrigues tinha os direitos exclusivos e que tinha feito publicar "com muita despeza". Ora uma interdição semelhante tinha já sido pedida e concedida pelo juiz de Coimbra. O requerimento respeitante à Golegã devia-se ao facto de se estar para realizar aí uma feira agrícola, e o requerente querer antecipar os movimentos do concorrente, seguindo de feira em feira onde os livros deveriam ter saída e procurando prevenir em cada comarca a concorrência desleal⁽¹⁹⁾.

Os conflitos sucedem-se, no terreno e nos tribunais, envolvendo autores, editores, e vendedores, como o cego Romão José que procura em Agosto de 1798 disputar o privilégio do *Perfeito Lavrador* a Manuel do Nascimento, e em Novembro pretende confirmar as suas pretensões sobre a venda de um *Repertório Português*, de Bento de Mesquita impresso na oficina de José Aquino de Bulhões, pretensões contestadas por José Luís de Carvalho. Este já anteriormente era responsável pela edição do *Almanaque do jardineiro florista*, que continua nos anos seguintes, e fará também o *Tratado dos lavradores, caçadores, hortelãos e jardineiros*. Manuel do Nascimento, nesse mesmo ano e seguintes, com pequenas diferenças de nome, além do folheto em disputa, publica também o *Novo observador ou agricultor perfeito*. Entretanto, nesse mesmo final de século, títulos semelhantes são reivindicados pelo impressor Simão Tadeu Ferreira e pelo "astrónomo" Pedro Coutinho. A despeito da diversidade destes nomes e títulos, é sempre do mesmo tipo de prognósticos e conselhos que se trata⁽²⁰⁾.

Conhecemos também alguns dos que escreviam esses almanaques e, através das suas palavras, temos a confirmação do interesse comercial que a sua actividade visava e a competição cerrada que se vivia. António de São José Guedes e Victorino José da Costa são dois beneditinos ligados à feitura de almanaques entre 1730 e

⁽¹⁹⁾ ANTT, Real Mesa Censória, cx. 17.

⁽²⁰⁾ ANTT, Real Mesa Censória, cxs. 29, 33,35, 36,38, 39,40 e 180.

1750. A actividade deste último é multifacetada. Dedicava-se a obras de espiritualidade, história, filosofia, ciência, anima um conhecido jornal jocoso, o *Folheto de amhas Lisboas* e escreve, entre 1733 e 1736, alguns almanaques.

Conta por seu lado o outro religioso que resolveu não fazer o número de 1749 porque tinha sido ultrapassado por um concorrente que usou o mesmo nome que costumava ser o seu: "Eu acostumava compor hum prognostico que corria com aceitação mas este armo não fiz por haver quem fizesse hum com o mesmo nome e per o povo entender que era o mesmo que eu compunha gostaram e de sorte que houve 2ª edição" (21).

Este religioso de São Bento também não era um marginal. Dedicava-se à Filosofia, às notícias manuscritas e à pregação. Em 1749 sabemos por António de Guadalupe⁽²²⁾ que tinha 37 anos e que ambicionava leccionar a cadeira de matemática na Universidade de Coimbra, cidade onde morava. Sabemos ainda que vinha de uma família nobre do Norte e que sabia inglês, francês e italiano. Ele próprio, em correspondência com Luís Montez Mattoso faz questão de explicar os seus interesses. A 8 de Janeiro de 1749 propõe ao seu correspondente a edição de uma folha noticiosa, concorrente da gazeta, sendo o assunto principal indiferente. Não está com pressa porque a pregação leva-lhe a maior parte do tempo, escreve ele em Fevereiro⁽²³⁾. Mas se Luís Montez Mattoso aceitasse, a única condição era que tal edição fosse lucrativa: "Se a Vm.ce parecer que se componha algum papel (do tamanho de hua gazeta ou seja physico, ou mathematico, politico [...], Couza de q\ se possa tirar algum lucro digame a materia e faça eleição do assumpto que alqua couza se fara."⁽²⁴⁾. Ora, esta ideia de lucro não está desligada da sua experiência com a produção dos almanaques.

Outros religiosos estiveram envolvidos nesta actividade e nestas disputas. Em 1769 o tribunal da Relação de Lisboa tem de decidir um diferendo entre Pedro Vilela e os membros da congregação do Oratório, a propósito do privilégio de impressão de uma *Folha do Anno e Prognósticos*. O tribunal nesse caso acabará por dar razão a

(21) Academia das Ciências de Lisboa (ACL), Ms. V 835, fl. 72.

(22) ACL Ms. V 835: fl. 120.

(23) ACL, Ms. V 835: fl. 75.

(24) ACL, Ms. V 835: fl. 72.

Pedro Vilela, contra os religiosos produtores de prognósticos⁽²⁵⁾. Anos depois, em 1777, com a morte de Pedro Vilela, a Congregação do Oratorio volta a insistir, agora contra a Tipografia Régia, argumentando com decisões anteriores de D. João V e de D. José desde 1709, em razão da necessidade de custear as suas obras pias⁽²⁶⁾. Ainda em 1795 se colocará a questão de saber se a autorização concedida a almanaques de Pedro Coutinho, Damião Francisco, Florêncio Florido, ou Patrício Português, autorização pedida pelo impressor do Porto António Alvares Ribeiro, seria compatível com o privilégio que a Congregação do Oratório ainda detinha⁽²⁷⁾. Este impressor continuará entretanto pelos anos fora a dedicar-se a este género.

Quanto maiores os interesses envolvidos, maiores os conflitos. O almanaque reproduz-se como um só, servindo uma grande população que o consulta e que dele tira proveitos. E a ausência de números que nos indiquem a amplitude das tiragens anuais não chega a instalar qualquer dúvida sobre a sua penetração.

3. Qual o papel destes papéis?

Não considerámos aqui papéis de sucesso ocasional, isolado, que também existem, mas casos que se integram em quadros onde, mesmo que não haja garantias, há fortes probabilidades de corresponderem ao que um grande número de leitores procura, seja pela expectativa criada, seja pela resposta a necessidades e desejos, seja pela capacidade de reconhecimento e de identificação que um objecto proporciona. Estas características estão todas presentes na relação entre certos papéis de grande circulação e elementos da cultura oral (saberes que se transmitem ou se reconhecem oralmente, ou necessidades que se satisfaziam já pela memória e pela comunicação oral), e que o impresso conserva e amplifica.

Vem a este propósito lembrar a oposição entre as posições de Elisabeth Eisenstein e Anthony Grafton sobre papel do impresso na mudança ou na conservação cultural. De um lado a perspectiva que associa a transformação do meio e as possibilidades de transformação

⁽²⁵⁾ Ver Biblioteca Nacional de Lisboa, Cod. 852, n.º 78.

⁽²⁶⁾ ANTT, Real Mesa Censoria, ex. 180.

⁽²⁷⁾ ANTT, Real Mesa Censoria, ex. 27.

do conhecimento⁽²⁸⁾. Do outro o sublinhar de uma ideia totalmente oposta. Que as transformações introduzidas pela difusão da imprensa deram possibilidades de resistência a saberes e textos que de outra forma se teriam circunscrito e certamente desaparecido⁽²⁹⁾. No caso que nos interessa sabemos da circulação simultânea de muitos manuscritos, sabemos que o impresso não eliminou nem substituiu completamente durante muito tempo o manuscrito. Mas sabemos também que o impresso de sucesso, nomeadamente o livro de devoção, o sermão, o almanaque, mas também o folheto jocoso, o teatro de cordel, os versos, têm em relação ao manuscrito, como em relação à conversa, uma relação de complementaridade e de potenciação. Longe de fazerem desaparecer a conversa ou o manuscrito, os impressos de maior divulgação faziam crescer o interesse por um tema, por uma frase, por um autor, que a conversa e o manuscrito logo ajudavam a reproduzir.

O que vimos para o livro religioso e para o almanaque repete-se com outros papéis que se vendem aos milhares, cuja venda os cegos disputam aos livreiros⁽³⁰⁾ e disputam entre si. Sobre as disputas entre cegos por edições de êxito esperado temos uma viva descrição num intermezo de 1787, onde a personagem principal é um escritor que procura tirar partido da rivalidade entre os vendedores dos seus folhetos⁽³¹⁾.

Em todos os casos, canções, anedotas, representações, histórias curtas, curiosidades, intrigas, pode haver escândalo, e o escândalo pode ser um factor da venda e de sorvedouro das moedas dos criados, como refere um censor no final do século⁽³²⁾. Decisiva é a identificação e a relação entre os vários tipos de memória, onde a oralidade e a relação com o quotidiano são suportes essenciais do impresso. A

(28) Eisenstein, *The printing press as an agent of change*, Cambridge University Press, 1979.

(29) Grafton, *Defenders of the text, the traditions of Scholarship in an age of science, 1450-1800*, Cambridge (Mass.)/ London, Harvard University Press, 1991.

(30) Ver Diogo Ramada Curto, "Littératures de large circulation au Portugal (XVIe-XVIIIe siècles)", in R.Chartier e H-J Lüsebrink (dir.), *Colportage et lecture populaire. Imprimés de large circulation en Europe XVIe-XIXe siècles*, Paris, IMEC, 1996, pp. 306-307.

(31) *O crítico ignorante*, Lisboa, Of. Domingos Gonçalves, 1787.

(32) ANTT, Desembargo do Paço - Corte: mc. 682, n° 3.

cena descrita por Francisco de Figueiredo da sua meninice em meados do século XVIII, quando publica, em 1815, o teatro de seu irmão Manuel, ilustra essa relação no que diz respeito aos textos de teatro. "Que satisfação não tinha o vulgo quando ha setenta anos [c. 1745] (de que bem me lembro) ouvia os cegos apregoar em altas vozes os Actos de Maria Parda, as obras de Clara Lopes, cristaleira de Coimbra, o testamento da velha ainda antes da serração. Só de ouvir o pregão se rião, e lhe achavão muita graça; pois a maior parte da gente sabia de cor as melhores passagens, e estavam esperando por ellas, em huma convulsão, com o receio de soltar a gargalhada antes de se expressar a discrição. Erão papéis que andavão sempre nas assembléas do serão, unicas, que se fazião em todas as casas á luz do candieiro posto no velador, ou na candeia dependurada no mesmo, á roda do qual se formavão círculos de mulheres que havia em casa; e ainda das vizinhas muito amigas da escada, que se ajuntavão a cozer, a fazer meia, e a remendar"⁽³³⁾.

Ler e ouvir, ler e conversar, comentar, partilhar - eis algo que certas publicações trazem em conjunto com as questões concretas de que tratam, com o grau de elaboração, com o nível de concentração e de isolamento que exigem, com o fôlego que requerem, com o preço. "Ler e ouvir" é uma fórmula consagrada a que recorre o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, na sua célebre Pastoral de 1768 sobre os livros proibidos⁽³⁴⁾. O pecado de ler está no mesmo plano do ouvir. Mas não apenas porque o ouvir prolonga o ler. Não se ouve apenas o que se lê. Lê-se também aquilo que se ouve.

Num país que manterá durante muito tempo uma forte ruralidade, será sobretudo aquilo que se diz e que se ouve a dominar os contactos quotidianos e a troca de ideias e experiências. No entanto, não é necessário conferir as taxas de alfabetização para perceber que o texto escrito, e nomeadamente o texto impresso ocupam, já no século XVIII, um espaço central na comunicação, seja pela forma como as conversas já estão condicionadas pela invasão do impresso, seja porque condicionam em grande medida a própria produção gráfica.

⁽³³⁾Francisco de Figueiredo in Manuel de Figueiredo, *Teatro*, voi. 14, 1815, p. 290.

⁽³⁴⁾ *Yer* texto publicado por Manuel Augusto Rodrigues, "Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra", *Revista de História das Ideias*, voi. IV, 1.1,1982, pp. 207-298.